

◆ SAÚDE MENTAL – ENTENDENDO O LUTO PÁGS. 22 a 25

“Dos dramas humanos, a morte é o nosso maior drama”, pontua Psicóloga sobre o luto

FOTO: GABRIELA MATIAS



◆ CIDADES - MEIO AMBIENTE PÁGS. 12 a 13

Recuperação de áreas degradadas da Microbacia do Rio Catolé Grande foi tema da Audiência Pública realizada em Caatiba



◆ CIDADES PÁG. 11

Ex-prefeito de Maiquinique poderá responder por Improbidade Administrativa por irregularidades na Assistência Farmacêutica

◆ POLÍTICA PÁGS. 06 e 07

Condenados por Improbidade Administrativa, ex-prefeitos de Malhada de Pedras têm direitos políticos suspensos por oito anos

◆ POLÍTICA

Câmara Municipal de Riacho de Santana impõem derrota ao prefeito e anula reajuste de salários concedido no último mês de abril

Contando com os votos de aliados do gestor, oposição aprova Emenda Supressiva que anulou aumento de subsídios e obriga prefeito, vice e secretários a devolver recursos ao erário

FOTO: REDES SOCIAIS



PÁGS. 08 e 09

EDITORIAL

QUEM PRÁTICA O BOM JORNALISMO NÃO SERÁ
AFETADO PELA DECISÃO DO STF

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

Nesses tempos estranhos, em que a desinformação tem sido utilizada indiscriminadamente, principalmente por políticos mal intencionados e seus sectários, muitos deles encastelados em postos-chaves no “comércio da fé” no qual foram e têm sido transformados templos religiosos, de diferentes crenças e denominações, utilizando redes sociais, blogs e jornais descompromissados com a autenticidade das informações e firmes no propósito de desconstrução de biografias, com interesses outros que não os da coletividade, soa como um alento a decisão do Supremo Tribunal Federal, que fixou a tese para os casos em que veículos de imprensa sejam responsabilizados por entrevistas e, de resto, matérias publicadas, em que sejam pontuadas acusações falsas.

Naturalmente, há ainda dúvidas sobre como será interpretada a decisão, resta evidente, porém, que a tese, embora hajam os que discordam e, por razões óbvias, enxergam nela uma tentativa de amordaçar os veículos de comunicação e afrontar a liberdade de pensamento, consagra de forma clara a plena liberdade de informação e expressão, uma vez que indica que uma empresa jornalística, responsável pela publicação, só poderá ser responsabilizada por declarações caluniosas, inclusive de seus entrevistados, se tiver sido deliberadamente negligente na tentativa de apurar os fatos. Em síntese, se deixar de observar um princípio basilar, a Cartilha do bom jornalismo, que orienta que ao reportar um fato, ainda que seja a opinião de um entrevistado, quando houver referência que possa ser interpretada como caluniosa ou mentirosa, que se escute todas as partes envolvidas. É o que, no jornalismo, usando o vocabulário jurídico, chamamos de direito do contraditório.

A decisão da Suprema Corte foi deliberada na análise de um Recurso, no caso em que o Jornal Diário de Pernambuco foi condenado a pagar indenização por ter publicado entrevista com uma acusação falsa sobre um militante político na ditadura militar. Ao longo do julgamento, os ministros sugeriram várias teses para definir em que condições um veículo de imprensa deve ser considerado corresponsável por declarações que publica. Descartando ideias muito em moda e recorrentemente utilizadas por pessoas que não devotam minimamente respeito pelo conceito, que trariam risco à liberdade de expressão ou poderiam inibir o trabalho da imprensa, a Corte Suprema formou consenso em torno de uma tese que respeita, em nosso entendimento, as características intrínsecas do jornalismo.

A tese consensual dos ministros do Supremo Tribunal Federal, cuja expectativa é que deverá ser aplicada a pelo menos outros 119 casos, reitera a jurisprudência consagrada na Corte sobre liberdade de expressão. Reafirma que a Constituição Federal proíbe qualquer tipo de censura prévia, mas não descarta a eventualidade de responsabilização posterior pela publicação de informações “comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas”. Deixa claro que, no caso de um entrevistado atribuir crime a terceiros, o veículo de comunicação só poderá ser considerado responsável se duas condições forem satisfeitas. Primeiro, se na época da publicação havia “indícios concretos” de que a acusação era falsa. Segundo, se veículo de comunicação tiver deixado de “observar o dever de cuidado”, ao verificar os fatos e privilegiar o direito do contraditório, como preconiza o “Manual do Bom Jornalismo”.

A principal virtude da tese consagrada pela Suprema Corte é refletir sobre as circunstâncias intrínsecas da atividade jornalística. É evidente que o papel, o dever, da imprensa é divulgar informações no calor dos acontecimentos e, embora deva ser responsável pelo que publica, não está à prova de erros, o que obriga os jornalistas a não se afastarem da obrigação de buscar o contraditório. Se fatos ou declarações de terceiros depois se revelam equivocados, a única justificativa para punição, considerada na decisão do Supremo Tribunal Federal, é ter havido negligência ou má-fé. É esse o espírito da tese. É isso que deve ser comemorado pelos que praticam o bom jornalismo.

Haverá necessidade de esclarecimentos. Evidentemente que sim.

Há dúvida, por exemplo, sobre como os Tribunais de 1ª e 2ª Instâncias interpretarão as condições impostas para configurar a responsabilidade dos veículos de imprensa. As expressões “indícios concretos de falsidade” e “dever de cuidado” abrem margem a interpretações subjetivas. Não por acaso, na nota divulgada após a publicação da decisão, em que elogiou a tese, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) afirmou esperar que no Acórdão do julgamento “tais dúvidas sejam dirimidas, bem como outras situações”, como as entrevistas ao vivo, por exemplo.

Há ainda, uma outra questão que precisa ser melhor explicitada, que é a menção incluída na decisão da Suprema Corte, relativa à possibilidade de remoção de conteúdo de Portais/Sites jornalísticos julgados culpados de violações. Embora possa haver casos extremos em que essa punição seja adequada, ela deve ser compreendida como último recurso, quando os demais recursos previstos nos diplomas legais vigentes - como direito de resposta ou indenização - não estiverem disponíveis.

Apesar dessas ressalvas, não há como não reconhecer o papel que vem sendo desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal, em que pese alguns excessos - alguns justificáveis, outros que devem ser combatidos - na salvaguarda das liberdades de informação e expressão, essenciais fundamentais na defesa da democracia brasileira. Até porque, não se pode confundir, como muitos defendem, a liberdade de expressão e de pensamento com leviandade.

Em síntese, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que já é levada em conta nas Redações onde se pratica o bom jornalismo, dirimidas as dúvidas em relação, insistimos, às entrevistas ao vivo, cuja instantaneidade, naturalmente, impede a verificação imediata de eventuais imputações que possam ser criminosas atribuídas a terceiros. Muito embora, seja importante ressaltar, nesses casos, obviamente onde a prática do bom jornalismo impera, há sempre a preocupação de buscar o contraditório com a rapidez devida.

Resta evidente, portanto, que a decisão da Suprema Corte deve ser comemorada por todos aqueles que estão comprometidos com a prática do bom jornalismo, que é, não restam dúvidas, o melhor antídoto contra todos aqueles, particularmente governantes e agentes públicos, que usam as redes sociais, jornais e blogs transformados em panfletos, para espalhar versões distantes da realidade, atacar e desconstruir biografias.

EXPEDIENTE

Jornal
do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

📍 @jsudoestebahia 📍 @jornaldosudoeste 📍 Jornal do Sudoeste 📍 Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste - Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final

Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro

Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Administração - Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Departamento Comercial

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Endereço

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Redação Telefone

(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsAAP: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

◆ POLÍTICA

Ministro do Superior Tribunal Eleitoral reforma entendimento e restabelece mandato do vereador cassado por suposta compra de votos em Bom Jesus da Lapa

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

◆ **LUCIMAR ALMEIDA**
lucimaralmeidajs@gmail.com

O ministro Raul Araújo Filho, do Tribunal Superior Eleitoral, reformou radicalmente o próprio entendimento, que reforçou na sentença exarada em 5 de outubro último, quando acatou denúncia do Ministério Público Eleitoral da Bahia e apontou haver nos Autos elementos suficientes para concluir ter havido, na campanha eleitoral de 2020, utilização, por parte do então candidato Gedson do Nascimento Ramos (PSC), "de recursos financeiros, cestas básicas e favorecimento nas filas de atendimento médico junto ao serviço municipal público de saúde, para beneficiar à eleitora Vanderleia Souza dos Santos em troca de seu voto".

Ainda na sua sentença, que reformou as decisões do Juízo da 71ª Vara Eleitoral de Bom Jesus da Lapa e do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que não deram provimento à denúncia, ambos apontando a fragilidade das provas juntadas à denúncia, ao analisar a defesa apresentada pelo então vereador Gedson do Nascimento Ramos (PSC), o ministro Raul Araújo Filho pontuou haver evidências que "depois de tornarem público no grupo [de WhatsApp] o recebimento das benesses em troca de votos na eleição de 2020, os interlocutores compreenderam a gravidade dos fatos e preferiram assumir que estariam inventando tudo no intuito de atingir a honra de ambos, versão da qual não se convenceu".

Quarenta e um dias depois, o ministro Raul Araújo Filho, fazendo a reanálise dos Autos, a pedido da defesa do social-cristão Gedson do Nascimento Ramos, com base no depoimento do réu (Gedson do Nascimento Ramos), da eleitora supostamente beneficiada (Vanderleia Souza dos Santos) e de testemunhas, modificou sua compreensão, reformou a sentença anterior e restabeleceu o mandato do vereador.

Na nova decisão, o ministro Raul Araújo Filho escreveu, literalmente, que "Impende acentuar que os elementos trazidos aos Autos [observe-se, os mesmos Autos julgados em 5 de outu-



O social cristão Gedson do Nascimento Ramos teve o mandato restabelecido pelo ministro Raul Araújo Filho, do TSE, no último dia 16.

bro] não revelam a característica indispensável para que seja constatada a ocorrência do ilícito e impostas as aludidas sanções [perda do mandato]".

Com a nova decisão, o vereador Gedson do Nascimento Ramos, eleito em 2020 pelo PSC com 628 votos, será reempossado na Câmara Municipal para cumprir o mandato até 31 de

dezembro do próximo ano.

Ouvido pela reportagem do JS, o vereador social cristão Gedson do Nascimento Ramos disse que a decisão não só reconheceu sua inocência, como a injustiça que estaria sendo feita se confirmada a cassação do mandato. "Agora é continuar trabalhando em defesa dos interesses da população de Bom Jesus da Lapa", finalizou.

**Marlito Lacerda**
CONTABILIDADE LTDA.

Rua Cel. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
Edf. João A. Lacerda - Centro - CEP: 46100-000
E-mail: marlito@marlitocontabilidade.com.br

www.marlitocontabilidade.com.br
Brumado - Bahia
Telefax: (77) 3441-3033

◆ POLÍTICA – ELEIÇÕES 2024

Ex-prefeito é lembrado para retorno à Prefeitura Municipal de Macarani

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A pouco menos de onze meses da data prevista para as eleições municipais de 2024, como não poderia deixar de ser, as principais pautas políticas são referentes às sucessões municipais. Não é diferente em Macarani, onde os principais atores da cena política já estão se organizando e articulando para

compor a chapa majoritária que disputará a cadeira ocupada atualmente pela prefeita Selma Rodrigues Souto (PSD). Embora adotem um discurso cauteloso, as principais lideranças políticas do município já estariam se movimentando para formar alianças e viabilizar candidaturas. Na última semana,

entrou em cena uma nova informação, que promete agitar os bastidores da política macaraniense: a probabilidade do retorno do ex-prefeito Antônio Carlos – Carlinhos – Macedo Araújo (MDB) à cena política partidária, embora dela, oficialmente, nunca tenha se afastado.

FOTO: BLOG DO ANDERSON



São cada dia mais evidentes a probabilidade do ex-prefeito Antônio Carlos – Carlinhos – Macedo Araújo (MDB) disputar a sucessão municipal de 2024 em Macarani.

Segundo apurou a reportagem do JS, hoje o nome do ex-prefeito, que teve o mandato cassado em 2015 por abuso de poder econômico e compra de votos na campanha eleitoral de 2012, mais de oito anos depois, é mencionado como integrante de todas as listas de supostos pretendentes à disputa pela sucessão da social democrata Selma Rodrigues Souto nas eleições municipais de 2024. E com grandes chances de vencer o pleito, segundo analistas políticos regionais, que apontam uma possível aliança do emedebista com o também ex-prefeito Olissandro Pinto Nogueira (Progressistas) como importante fator para fortalecimento de uma candidatura oposicionista no município.

Empresário e com negócios fora de Macarani, o ex-prefeito Antônio Carlos, cumpriu a pena

imposta pela Justiça Eleitoral e com os direitos políticos restabelecidos, é o presidente do Diretório Municipal do MDB e já tem sido visto com mais frequência no município. Político habilidoso, Antônio Carlos tem criticado, sem, no entanto, agredir a gestão da prefeita Selma Rodrigues Souto (PSD), que eventualmente poderá enfrentar na disputa eleitoral de 2024, e com isso obrigado seus adversários políticos a tentar contestá-lo no campo das ideias e realizações.

E, nesse quesito (realizações), o ex-prefeito tem muito a apresentar. Durante os setenta e sete meses que ocupou o Gabinete do Paço Municipal, Antônio Carlos conseguiu viabilizar investimentos e ações que resultaram em importantes intervenções – construção de

casas populares, avanços na Saúde, na Educação, na infraestrutura urbana e rural e na infraestrutura hídrica - que beneficiaram a coletividade, além de ter deixado como legado uma gestão transparente (apesar de equívocos que foram apontados pelo Tribunal de Contas dos Municípios) e democrática, que respeitou o espaço dos opositores e privilegiou o diálogo.

E a possível indicação do ex-prefeito para disputa da sucessão municipal de 2024 terá ainda, na prática, o apoio dos irmãos Vieira Lima (Lúcio e Geddel) que estão de volta à cena política baiana e que poderá ser decisiva para construção de um palanque que reunirá diferentes e representativas lideranças do município.

◆ POLÍTICA – ELEIÇÕES 2024

Vereadora diz ter sido vítima de fake news e reafirma pré-candidatura à Prefeitura de Vitória da Conquista

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Expressando ter sido vítima de 'fake news', a vereadora Maria Lucia Santos Rocha, do MDB, usou seu perfil nas redes sociais (Instagram) para reafirmar sua pré-candidatura à sucessão municipal de Vitória da Conquista. Repetindo o discurso dos caciques da legenda e "patrocinadores" de sua pré-candidatura, irmãos Lúcio Quadros Vieira Lima e Geddel Quadros Vieira Lima, que informalmente comandam o MDB baiano, a vereadora foi incisiva ao desmentir a matéria divulgada pelo radialista Ricardo – Gordo – Santos Costa, na Rádio Brasil Notícias, e reproduzida pelo blogueiro Antônio Andrade Sena (Blog do Sena), noticiando que uma reunião em Brasília, no último dia 27 de novembro, teria sido decisiva e sacramentado sua pré-candidatura a vice-prefeita na chapa que deverá ser encabeçada pelo Deputado Federal Waldenor Alves Pereira Filho (PT). "Devido a veiculação por parte da imprensa, com manchetes afirmando que Lúcia Rocha será vice de determinado candidato a prefeito, eu venho a público desmentir essas notícias. A pré-candidatura de Lúcia Rocha à Prefeitura de Vitória da Conquista está confirmada. Agradeço o carinho e o apoio de todos que estão me enviando essas mensagens positivas e de apoio a nossa pré-candidatura a prefeita", pontua a vereadora no vídeo postado nas redes sociais.

A emedebista não se limitou a gravar e divulgar o vídeo negando a notícia e reafirmando a disposição de apresentar seu nome ao eleitorado conquistense na disputa pela sucessão da prefeita Ana Sheila Lemos Andrade (UB). Antes de publicar o vídeo, a vereadora usou o aplicativo WhatsApp para enviar uma "ilustração" indicando tratar-se de desinformação a informação dada pelo radialista Ricardo Gordo e reproduzida pelo blogueiro Antônio Sena. Nome com maior potencial e visibilidade eleitoral do MDB conquistense, Lúcia Rocha cumpre seu oitavo mandato consecutivo no Legislativo Municipal, onde ocupa uma cadeira de Membro Titular das Comissões Temáticas Permanentes de Cidadania e Direitos Humanos e de Meio Ambiente. Em 2020 foi campeã de votos para o Legislativo Municipal, obtendo mais de 1,2 mil votos a mais que



No vídeo postado na sua conta no Instagram, a vereadora Maria Lúcia Santos Rocha desmentiu notícias que chamou de "fake news" e reafirmou sua pré-candidatura à sucessão municipal de Vitória da Conquista.

o segundo colocado e nas eleições gerais de 2022 disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado, obtendo mais de 25 mil votos e ficando na suplência. Os números expressivos obtidos nas urnas desde 1992, quando disputou e venceu a primeira eleição

para Câmara Municipal conquistense, credenciaram a vereadora junto aos caciques do MDB baiano [leia-se Lúcio e Geddel Quadros Vieira Lima] para encabeçar a chapa majoritária na disputa pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

OUTRO LADO

Editor do Blog do Sena, o jornalista Antônio Andrade Sena, contatado, por telefone, pela reportagem do JS, disse que não comentaria as declarações da vereadora Lúcia Rocha (MDB), ressaltando que a notícia que veiculou foi passada ao radialista Ricardo Gordo pela própria vereadora, portanto, carece de credibilidade a tentativa de vitimização que está sendo promovida pela emedebista.

O radialista Ricardo Gordo foi contatado por mensagem de texto através do aplicativo WhatsApp, mas até o fechamento desta edição não retornou.

◆ POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Condenados por Improbidade Administrativa, ex-prefeitos de Malhada de Pedras têm direitos políticos suspensos por oito anos

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Brumado, obteve a condenação dos ex-prefeitos de Malhada

de Pedras Ramon dos Santos (Progressistas) e Valdeci – Ceará – Alves Bezerra (PT) por ato de Improbidade Administrativa. Além de terem os direitos políticos sus-

pensos por oito anos, os dois ex-prefeitos, após trânsito em julgado, pagarão multa, e o município será, ainda, ressarcido pelos prejuízos causados.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Os ex-prefeitos Valdeci Alves Bezerra (PT) e Ramon dos Santos (Progressistas) foram condenados a perda de direitos políticos e ressarcimento do erário em Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual.

Na Ação Civil Pública, o Ministério Público sustentou que as gestões dos ex-prefeitos causaram vultosos prejuízos ao erário municipal. Para o Ministério Público, ficaram evidenciados nas investigações, que a conduta dos ex-gestores gerou renúncia fiscal ilegal, enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação aos Princípios do Direito Administrativo especificados no Artigo 37 da Constituição Federal - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Segundo a denúncia do Ministério Público, restou evidente nas investigações, que Valdeci Alves Bezerra (PT), então no exercício de prefeito de Malhada de Pedras, teria desistido, sem apresentar justificativa plausível, de várias ações de execução fiscal em benefício do ex-prefeito Ramon dos Santos (Progressistas), após aliança política que formalizaram visando as eleições municipais de 2016, "o que implicaria renúncia fiscal ilegal, enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação a Princípios Administrativos".

A denúncia do Ministério Público reforça, ainda, que o Artigo 151 do Código Tributário Nacional normatiza que o parcelamento de Crédito Tributário "não enseja a extinção da execução fiscal, mas tão somente a suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário, interrompendo o prazo prescricional da cobrança. Ressalta, ainda, que mesmo se fosse considerada a legalidade do acordo firmado

entre os ex-prefeitos [Valdeci Alves Bezerra (PT) e Ramon dos Santos (*Progressistas)], o então prefeito Valdeci Alves Bezerra não poderia "requerer a extinção das execuções fiscais promovidas contra ex-prefeito Ramon dos Santos, até a efetiva quitação do débito".

O Ministério Público também sublinhou que, considerando o expressivo valor envolvido, referente a dívida e a ausência de garantia do pagamento, ainda que não tivesse vencido o prazo estipulado para a quitação do débito do ex-prefeito Ramon dos Santos, o então prefeito Valdeci Alves Bezerra (PT) não poderia ter requerido a extinção do débito, preocupando-se, apenas, "... em justificar a celebração do acordo pela possibilidade de parcelamento da dívida (ainda que inexistente lei municipal autorizadora), deixando à margem de qualquer reflexão a única finalidade que deveria ter norteado sua conduta: o bem comum, isto é, em que medida a pactuação de parcelamento e a extinção das execuções fiscais antes do pagamento da dívida atenderia ao fins do Estado".

Em sua sentença, o Juiz Titular da 2ª vara dos Feitos de Relações de Consumo e Comerciais de Brumado, Tadeu Santos Cardoso, apontou, com base nas alegações do Ministério Público e análise do contraditório, que "conclusão outra não há senão aquela no sentido de que os reais motivos e finalidades que serviram de base para a celebração de acordo

de dívida e pedido de extinção de execuções fiscais decorreram de interesses pessoais dos demandados (Valdeci Alves Bezerra e Ramon dos Santos)". E prossegue, asseverando que Valdeci Alves Bezerra, então prefeito, teria praticado ato doloso, afrontando a legislação vigente "e diverso daquele previsto na regra de competência, o que e importou no enriquecimento ilícito do ex-prefeito Ramon dos Santos", observando a ilegalidade e a conduta dolosa dos hoje ex-prefeitos [Valdeci Alves Bezerra (PT) e Ramon dos Santos (*Progressistas)], "no exercício de suas funções públicas, caracterizados os atos de Improbidade Administrativa por eles perpetrados".

O magistrado concluiu condenando os ex-prefeitos Valdeci Alves Bezerra (PT) e Ramon dos Santos (Progressistas) ao ressarcimento integral do dano, no valor que deverá ser apurado em liquidação de sentença, de forma solidária; suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de cinco anos; pagamento de multa civil de vinte vezes o valor da remuneração percebida (à época dos fatos) e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

A sentença foi proferida no último dia 31 de outubro.

◆ POLÍTICA – GESTÃO PÚBLICA

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com os ex-prefeitos Valdeci Alves Bezerra (PT) e Ramon dos Santos, bem como com o advogado Magno Israel Miranda Silva (61 98451**08), responsável pela defesa, para oportunizar que pudessem comentar a decisão da Justiça e apontar as medidas que estão ou serão adotadas para reversão da sentença nas Instâncias Superiores.

◆ OPINIÃO



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

Desonestidade intelectual

Sublinho aqui dois dos vários tipos de pessoas que estão, sempre, querendo nos enganar. O contingente mais numeroso é o dos estelionatários que, por mil artimanhas, procuram iludir pessoas ingênuas com o intuito de estender a mão grande sobre seus bens materiais. Esses proliferaram no ritmo em que evoluíram os meios tecnológicos de comunicação, aumentando a vulnerabilidade de seus usuários. Menos numeroso, mas ainda mais nocivo, é o grupo dos indivíduos intelectualmente desonestos, que se julga capaz de convencer os demais que o erro é um acerto, que o mal é um bem e que a verdade se expressa através de uma mentira. Você pode imaginar que esta pessoa não lhe está tomando valor algum, mas é exatamente isso que ela está fazendo ao afetar o apreço da sociedade a tudo que realmente tem valor e não é corroído pela ferrugem do tempo.

Apontar em alguém a desonestidade intelectual pressupõe identificar nele a existência de um intelecto usado sem senso moral, para fazer valer suas ideias e consolidar seu poder sobre todos a partir de suas vítimas diretas.

Os espaços de poder são objetivos constantes dessa guerra suja empreendida por indivíduos intelectualmente desonestos. É assustador observá-los e verificar o êxito de sua retórica ambivalente e dos malabarismos que usam para convencer os outros.

Assim como falsários e arrombadores de antigamente tinham à disposição um conjunto de instrumentos de trabalho, os estelionatários de hoje têm sua maleta de truques para iludir os ingênuos que encontram. O intelectual desonesto, por sua vez, se vale das habilidades proporcionadas pelo conhecimento.

Essas pessoas são a versão moderna dos sofistas gregos, cujo objetivo era argumentar de modo exitoso durante um contraditório, sem qualquer preocupação com a verdade conhecida. Górgias foi o principal e mais bem sucedido desses mestres. Niilista e relativista, era reverenciado pelo domínio da oratória e dos truques de uma retórica despida de princípios morais.

Para ele, “A arte da persuasão ultrapassa todas as outras, e é de muito a melhor, pois ela faz de todas as coisas suas escravas por submissão espontânea e não por violência”. Seus alunos deram-se muito bem nos espaços de poder de seu tempo, remuneravam-no de modo abundante a ponto de ele poder encomendar – segundo se diz – uma estátua de ouro de si mesmo.

Seus discípulos estão entre nós e talvez nem saibam que o são, pois absorveram de outras fontes as qualidades e os vícios que o caracterizavam.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.



Casa do Agricultor

PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloísio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br

End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

◆ POLÍTICA

Câmara Municipal de Riacho de Santana impõem derrota ao prefeito e anula reajuste de salários concedido no último mês de abril

Contando com os votos de aliados do gestor, oposição aprova Emenda Supressiva que anulou aumento de subsídios e obriga prefeito, vice e secretários a devolver recursos ao erário

◆ LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@jornaldosudoeste.com

Em uma sessão marcada pela dissidência de vereadores da bancada situacionista - três votaram sim e uma se absteve – a oposição impôs mais uma derrota ao prefeito Tito Eugênio Cardoso de Castro (Progressistas) no Legislativo Municipal de Riacho de Santana, ao aprovar, por sete votos a dois, o Projeto de Emenda Supressiva 001/2023 ao Projeto de Lei 551/2023.

De autoria da vereadora Denaide Silva Rocha Penalva (Progressistas), desafeta do gestor, a proposta aprovada (Emenda Supressiva), alterou os Artigos 1º e 3º do Projeto de Lei 551/2023, aprovado em abril último, concedendo reajuste nos subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais.

Na justificativa, a vereadora autora da proposta apontou a inconstitucionalidade parcial do Projeto de Lei aprovado em abril e que reajustou os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais, reforçando a existência de vícios de iniciativa e redacionais.

Segundo a vereadora Denaide Silva Rocha Penalva, a redação do Projeto de lei 551/2023 é marcado por “impropriedades redacionais que levam a confundir institutos jurídicos distintos, com tratamento jurídico também diverso. Primeiramente, nota-se a clara confusão entre os institutos da ‘revisão’ e do ‘reajuste’”. A vereadora prossegue na justificativa demonstrando as singularidades dos instrumentos legais (revisão e reajuste) que são diversos e não podem ser confundidos. “A revisão tem por alvo a reposição da variação inflacionária que corroeu o poder aquisitivo da remuneração, e deve ter a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e envolver todos os servidores públicos, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Por seu turno, o reajuste remuneratório, diferentemente da revisão geral, direciona-se a revalorizações de carreiras específicas, mediante reestruturações de tabela, e que por isso, de regra, não são dirigidos a todos os servidores públicos”.

A vereadora progressista pontuou, ainda, na justificativa, que a fixação ou revisão dos subsídios do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, conforme normatiza o §2º do Artigo 40 da Lei orgânica Municipal, é de iniciativa privativa da Câmara Municipal.



Vereadora Denaide Silva Rocha Penalva (Progressistas), autora da proposta que vai obrigar o prefeito, vice-prefeito e secretários municipais a ressarcir o erário.

E concluiu apontando que o Projeto de Lei aprovado em abril, afrontou outro dispositivo constitucional, o que prevê o Princípio da Anterioridade, ou seja, que deve ser promulgado na legislatura anterior para surtir efeitos apenas na subsequente, portanto, deveria ser aprovado em 2023 para valer a partir do próximo ano.

Na tribuna da Câmara Municipal, durante a sessão ordinária do dia 13 de novembro, a vereadora Denaide Silva Rocha Penalva, reforçou os argumentos destacando a crise financeira que tem afetado os municípios brasileiros, resultando, como observado em Riacho de Santana, em atrasos – em alguns casos de até quatro meses - nos pagamentos de salários de servidores públicos municipais e de fornecedores e prestadores de serviços. “Mas, a crise só não chegou para o prefeito, vice-prefeito e secretários.

Primeiro que nunca atrasam seus vencimentos, antes do 5º dia útil o valor cai na conta sem nenhuma dificuldade, como podemos verificar no Portal da Transparência do Município”, sublinhou a vereadora, acrescentando que apenas com salários e diárias pagas ao prefeito, de salários do vice-prefeito e dos secretários municipais, o erário municipal teria gastos, entre janeiro e outubro deste ano, R\$ 1.517.100,00.

Concluindo, a vereadora enfatizou que, enquanto há informações de contingenciamentos, inclusive com a demissão de servidores públicos, com objetivo de “conter gastos”, em sua opinião, o reajuste dos subsídios do prefeito, vice-prefeito e vereadores “é imoral e subsídios soa como um tapa na cara da população riachense, especialmente da população mais pobre, que muitas vezes vai em um Posto de

FOTO: REDES SOCIAIS

◆ POLÍTICA

Saúde e não tem um médico para atender sua família, ou mesmo um medicamento simples na Farmácia Básica”.

A aprovação da Emenda Supressiva, segundo um jurista ouvido pela reportagem do JS, sob reserva, além das afrontas a dispositivos legais e interpretações equivocadas de nomenclatura de instrumentos legais (revisão e reajuste), outra ilegalidade teria sido efetivada, já que os efeitos da Lei aprovada em abril retroagiram

a janeiro, até para legitimar os valores que já estariam sendo pagos desde o primeiro mês do ano.

De acordo com o advogado, com a promulgação da Emenda Supressiva, os beneficiários (prefeito, vice-prefeito e secretários municipais) terão de ressarcir, com recursos próprios, o erário municipal com os valores dos subsídios recebidos até o mês de outubro e passarão a ganhar o mesmo valor que recebiam

em 2022.

O advogado revela, ainda, que os vereadores oposicionistas já teriam encaminhado a decisão do Legislativo Municipal ao Ministério Público Estadual, requerendo a instauração um procedimento Investigativo e, se assim o órgão ministerial entender, a propositura de uma Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa em desfavor do prefeito Tito Eugênio Cardoso de Castro.

OUTRO LADO

Ouvido pela reportagem do JS, o prefeito Tito Eugênio Cardoso de Castro (Progressistas) disse estar sendo discriminado pela Câmara Municipal, ressaltando que “político tem de ganhar bem”.

FOTO: REDES SOCIAIS



O prefeito Tito Eugênio Cardoso de Castro (Progressistas) justificou a reajuste dos subsídios alegando defasagem dos valores e disse estar sendo discriminado pelo Legislativo Municipal.

O prefeito lembrou que o valor dos subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários estavam defasados, uma vez que o último reajuste havia sido concedido aos agentes públicos e servidores municipais em 2016, o que justificou o encaminhamento ao legislativo Municipal do Projeto de Lei para reparação das perdas acumuladas nos seis anos. "Há seis anos não acontece reajuste salarial, por isso encaminhamos um Projeto de Lei para tratar da reposição salarial de todos os servidores públicos municipais. Infelizmente, a Câmara Municipal rejeitou em parte nossa proposta e negou a reposição salarial para o prefeito, o vice-prefeito e os secretários municipais. Nós respeitamos a opinião de todos, mas não concordamos porque entendemos estar sendo feita uma discriminação. Até porque, é necessário entender que o prefeito tem uma grande responsabilidade e, depois que deixa a Prefeitura, ainda tem que pagar honorários advocatícios para se defender em possíveis processos”.

Já o vice-prefeito João Vitor Martins Laranjeira (Progressistas) não quis comentar a decisão do Legislativo Municipal.



◆ POLÍTICA

“Não temos dúvidas que colocamos Igaporã novamente nos trilhos”, apontou prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Na última semana, depois de conceder entrevista a emissoras de rádio e blogs da região, o prefeito de Igaporã, Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT), fez uma pausa em suas atividades no gabinete do Paço Municipal para receber o JS.

O prefeito, que tem se esforçado, nos últimos dias, para ouvir pessoalmente as demandas da população e encaminhar as ações e intervenções que se enquadrem na atual rea-

O petista fez uma retrospectiva dos 35 meses de Governo, lembrando que ao assumir o mandato, em janeiro de 2021, apesar de não ter encontrado as finanças desorganizadas, teve de enfrentar dificuldades pontuais para começar a governar e implementar as propostas feitas na campanha. Os problemas para gestão do erário começaram, relatou o prefeito, efetivamente, a partir deste ano, quando os impactos de medidas adotadas no último ano de gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), principalmente a diminuição do ICMS sobre combustíveis e energia, por exemplo, afetaram diretamente a entrada de recursos no caixa das Prefeituras. Destacou, ainda, que a natural desconfiança na recuperação da economia no início do novo Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que já dá sinais de arrefecimento – também foram fatores que ajudaram a recrudescer a crise. “Felizmente as expectativas são as melhores possíveis. Os sinais emitidos pelos setores econômico e financeiro sinalizam que vamos começar a recuperação da arrecadação”.

O enfrentamento da crise e os impactos na capacidade de custeio da máquina pública, que exigiram sacrifícios e a escolha de prioridades, que naturalmente foram a Saúde e a Educação, além da área social e manutenção de empregos, serviram, segundo o prefeito Neto, de aprendizado e para que pudesse saber o que não deve ser feito.

O gestor lembrou que tem, a exemplo do que sempre defendeu, agido com equilíbrio e responsabilidade, sendo austero na contratação de despesas e transparente na relação com os fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal, de forma que, na eventualidade, como ocorreu este ano, de dificuldades para financiar os compromissos assumidos, pudesse haver, como foi o caso, diálogo e confiança.

lidade financeira do município, principalmente as que atendam a coletividade e a parcela mais vulnerável da sociedade, repetiu o que tem sido um mantra dos gestores da maioria dos municípios brasileiros, que a crise econômica tem comprometido não apenas a execução de obras, mas serviços essenciais. “Não fosse as medidas de contingenciamento, a maioria delas incompreendida pela população e pelas lideranças políticas, seja da situ-

ação ou da oposição, e estaríamos chegando ao final do ano sem a mínima condição de cumprir com os compromissos com servidores e prestadores de serviços. Felizmente assumimos o ônus das críticas e podemos afirmar, com segurança, mesmo sabendo que a situação continua crítica, que vamos fechar o ano com todos os compromissos cumpridos, com o pagamento de todas as obrigações contratadas”, pontuou o prefeito.



FOTO:REPRODUÇÃO/REDES SO

Prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT) diz que o tripé equilíbrio, responsabilidade e austeridade tem contribuído para o sucesso da gestão, apesar das dificuldades enfrentadas.

Ainda fazendo uma retrospectiva dos quase três anos de gestão. Neto, demonstrando satisfação, afirmou não ter dúvidas de que “(sua gestão) colocou Igaporã novamente nos trilhos”, mesmo com as dificuldades econômicas enfrentadas. “Temos muita coisa para fazer, ainda, mas também podemos afirmar que muito foi feito, apesar de todas as dificuldades”, apontou o prefeito, acrescentando que são visíveis os avanços conquistados. “A cidade está mais limpa, mais iluminada, muito mais organizada e com os serviços públicos funcionando” reforçou o prefeito, aproveitando para agradecer o apoio e a parceira do ex-governador e atual ministro de Estado Chefe da Casa Civil Rui Costa (PT) e do atual governador Je-

rônimo Rodrigues, que contribuiu e tem contribuído muito para que obras e investimentos cheguem ao município, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O prefeito concluiu reafirmando que as medidas de enfrentamento da crise financeira adotadas já estão impactando positivamente e que, gradativamente, pagamentos de salários de servidores, de fornecedores e prestadores de serviços que estavam atrasados vão sendo feitos. E que a expectativa é fechar o ano com as contas em dia. “Nossa prioridade, neste momento, é saldar as dívidas e compromissos assumidos, inclusive repactuando contratos para manter com eficiência e qualidade os serviços públicos”, sinalizou.

◆ CIDADES – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ex-prefeito de Maiquinique poderá responder por Improbidade Administrativa por irregularidades na Assistência Farmacêutica

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Os equívocos na condução da Administração Municipal de Maiquinique, na gestão do ex-prefeito Jesulino de Souza Porto (UB), cujo mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 15 de julho do ano passado, confirmando sentença da Jus-

tiça Eleitoral baiana (91ª Zona Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da Bahia), por compra de votos e abuso do poder econômico, estão longe de ser esquecidos.

O resultado de uma Auditoria realizada pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia,

através da Diretoria de Auditoria de Sistemas e Serviços de Saúde da Bahia, cujo relatório foi tornado público, aponta uma série de irregularidades na gestão da Assistência Farmacêutica no município, no Governo do ex-prefeito Jesulino de Souza Porto.

FOTO: REDES SOCIAIS

O Relatório da Diretoria de Auditoria de Sistemas e Serviços de Saúde da Bahia, aponta para a existência de uma cadeia de irregularidades, consolidadas pela falta de estrutura, inclusive a carência de equipamentos e observação de normas técnicas e de assistência na Farmácia Básica preconizadas pela legislação, e de organização na gestão da Assistência Farmacêutica, entre as quais a ausência de documentos que comprovem a inserção do órgão na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, que culminaram com a ineficiência dos serviços prestados e sugerem a possibilidade de má gestão dos recursos financeiros destinados à Unidade.

De acordo com a Auditoria da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, uma das inconsistências encontradas foi relacionada ao Plano Municipal de Saúde - documento que explicita os compromissos do Governo Municipal para o Setor Saúde nos quatro anos da gestão - que, segundo os Auditores, teria sido elaborado apenas para atender às exigências previstas na legislação, sem tratar, minimamente, dos compromissos baseados em uma análise real da situação municipal, resultando, por consequência, na utilização indevida de recursos públicos na aquisição de medicamentos sem considerar a demanda efetiva da população, inconsistências nas pesquisas de preços e vícios (ausência de comprovação técnica e financeira) na realização dos Processos Licitatórios. Os Auditores também observaram a existência de sérias falhas no recebimento, armazenamento e controle de estoque dos medicamentos, que culminaram com o desabastecimento de remédios essenciais e ao descarte indevido de fármacos vencidos.

De acordo com a Auditoria, a qualidade dos serviços prestados à população na Assistência Farmacêutica foi comprometida pela ausência de programas de capacitação e treinamento para os profissionais envolvidos no Setor. Também contribuiu para a falta de efetividade na prestação dos serviços e a falta de formalização dos contratos de trabalho do pessoal envolvido na Assistência Farmacêutica. Por



O ex-prefeito Jesulino de Souza Porto (UB), poderá responder por Improbidade Administrativa em razão das diversas inconsistências na gestão da Assistência Farmacêutica de Maiquinique apontadas pela Auditoria da Secretaria de Estado de Saúde da Bahia.

fim, os Auditores da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia constataram a ausência de comprovação de recursos financeiros destinados à aquisição de medicamentos durante a gestão do ex-prefeito, colocando em dúvida a efetiva utilização dos valores destinados a essa finalidade.

O Relatório elaborado pela Secretaria de

Saúde do Estado da Bahia, através da Diretoria de Auditoria de Sistemas e Serviços de Saúde da Bahia, que foi encaminhado aos órgãos de controle - Conselho Municipal de Saúde e Ministério Público do Estado da Bahia - para adoção das medidas previstas na legislação trabalhista e para apuração de supostos crimes de fraude à Certames Licitatórios e uso indevido de recursos públicos.

◆ CIDADES – MEIO AMBIENTE

Recuperação de áreas degradadas da Microbacia do Rio Catolé Grande foi tema da Audiência Pública realizada em Caatiba

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Estabelecer modelo de recuperação de nascentes e matas ciliares degradadas na Microbacia do Rio Catolé Grande, focando especificamente na área de abrangência dos municípios de Caatiba, Itambé e Itapetinga, para benefício das populações envolvidas, foi tema da Audiência Pública realizada em Ca-

tiba, na manhã do último dia 22, no Auditório Municipal Professor Marinaldo Domingo.

A iniciativa da Prefeitura Municipal de Caatiba, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a Audiência Pública, inspirada no debate proposto pelo Ministério Público Estadual, através da Promotoria Re-

gional de Justiça do meio Ambiente de Itapetinga, sobre a construção da Barragem do Rio Catolé Grande, reuniu, além da Promotora de Justiça do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, Karina Gomes Cherubini, autoridades dos três municípios e expressivo número de populares.

FOTO: ASCOM/PMC



Prefeita de Caatiba, Maria Tânia Ribeiro Souza (PSD) e a Promotora de Justiça do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, Karina Gomes Cherubini, participaram da Audiência Pública que discutiu a revitalização da Microbacia do Rio Catolé Grande.

O evento serviu para reforçar a importância da Microbacia do Rio Catolé Grande, que abrange, além dos territórios dos municípios de Caatiba, Itambé e Itapetinga, antes desaguar no Rio Pardo, outros quatro municípios - Vitória da Conquista, Planalto, Barra do Choça e Nova Canaã.

Durante o evento foi enfatizado que o desmatamento de encostas, das matas ciliares e o uso inadequado dos solos tem contribuído para

a diminuição dos volumes e da qualidade da água da Bacia Hidrográfica do Rio Catolé Grande e apontando as medidas que precisam ser adotadas, através de políticas públicas e da efetiva participação de produtores rurais e da sociedade em geral para conservação de nascentes e mananciais.

O Projeto de Reflorestamento da Microbacia do Rio Catolé Grande que está sendo imple-

mentado pela Prefeitura Municipal de Caatiba, por Meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, foi destacado pela relevância para o abastecimento dos municípios envolvidos como uma etapa essencial para a consolidação e recuperação das nascentes e matas ciliares do Rio Catolé Grande e apontado como modelo de política pública a ser seguido pelos demais municípios da Microbacia.

◆ CIDADES – MEIO AMBIENTE

FOTO: ASCOM/PMC



As ações de revitalização das nascentes e matas ciliares do Rio Catolé, nos limites do município de Caatiba, já estão impactando positivamente na qualidade do curso d'água.

A prefeita de Caatiba, Maria Tânia Ribeiro Souza (PSD), reforçou, durante a Audiência Pública, o comprometimento do Governo Municipal com as ações de preservação do ecossistema da Microbacia do Rio Catolé Grande nos limites do município. Segundo a prefeita, a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com a parceria e apoio dos demais órgãos do Gover-

no Municipal, vem concentrando esforços para a ampliação das ações de preservação do meio ambiente, especificamente com investimentos, inclusive na educação e conscientização ambiental de crianças e adultos, além de executar ações com ênfase na proteção das nascentes e no manejo e plantio de espécies nativas no entorno do curso d'água.

Segundo a prefeita, com as melhorias e re-


cuperação da mata nativa, o objetivo também é atrair e preservar a fauna e a flora característica da região, preservando o banco genético das espécies.

Diversos representantes de diferentes segmentos da população, que prestigiaram a Audiência Pública tiveram oportunidade e apontaram preocupações e propostas relacionadas à preservação do Rio Catolé Grande.

P
Proativa[®]
CONTABILIDADE

15 anos
Atendendo Brumado e Região!

 (77) 9 8824 - 9163

 (77) 3441 - 1405

  @proativacontabil

◆ CIDADES – GRILAGEM DE TERRAS/AGRONEGÓCIO



REPORTAGEM

Justiça libera 400 mil hectares sob suspeita de grilagem após pressão ruralista na Bahia

Antes da liberação de terras suspeitas de grilagem, agronegócio debateu insegurança jurídica com Procuradora-Geral da BA

◆ CAIO DE FREITAS PAES – AGÊNCIA PÚBLICA

<https://apublica.org/>

No último dia 19 de outubro, o Judiciário da Bahia mandou bloquear 7,5 mil hectares de terra por suspeita de grilagem na zona rural de Correntina, a 850 km da capital Salvador. A decisão lembra outro caso relatado neste ano pela Agência Pública, quando outros 11 mil hectares neste município foram bloqueados sob suspeita semelhante. Com os registros de terra bloqueados, ruralistas não conseguiriam crédito e financiamento para o plantio da safra atual, por exemplo.

Mas a aparente boa notícia para os povos

do campo em Correntina esconde um revés: menos de três meses antes da decisão, o bloqueio era sobre uma área muito maior, que ainda está sob forte suspeita de grilagem. Em 28 de julho passado, a Comarca da Justiça Estadual em Correntina tinha determinado o bloqueio de mais de 400 mil hectares na mesma região.

Tal decisão nada mais era que uma ordem judicial emitida em 2014, mas nunca cumprida por Cartórios do Oeste baiano. A medida bloqueou os registros de pelo menos 342 fazen-

das, segundo documentos obtidos pela Pública, atingindo grandes fazendeiros e empresas do agronegócio, como a SLC Agrícola e seus sócios estrangeiros.

No fim de setembro, líderes da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) – os dois principais grupos ruralistas no Estado – reuniram-se com a Procuradora-Geral da Bahia (PGE), Bárbara Camardelli Loi, para “tratar sobre a insegurança jurídica trazida” pelo imenso bloqueio de terras.



Representantes da Aiba em reunião com a PGE.

◆ CIDADES – GRILAGEM DE TERRAS/AGRONEGÓCIO

Após o encontro, os ruralistas relataram que “a audiência foi concluída com a promessa de que a Procuradoria irá se apresentar rapidamente nos Autos do Processo no intuito de mitigar os efeitos negativos gerados pela decisão” original – assinada pelo juiz da Comarca de Correntina, Matheus Agenor Alves Santos. O pedido pelo bloqueio das terras partiu da própria PGE, anos atrás. Então, no último dia 19 de outubro, o Judiciário recuou e liberou mais de 98% das fazendas.

À Pública, a PGE disse que “não houve pro-

messagem de ‘mitigar efeitos negativos da decisão’, mas sim atuação racional para limitar o bloqueio à área de efetivo conflito” em Correntina. Sem dar mais detalhes, o órgão afirmou que o bloqueio de mais de 400 mil hectares ocorreu em meio a casos de pistolagem na região, com o registro de uma “tentativa de homicídio de integrantes de Comunidades Tradicionais” na área – as Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

“A decisão foi importante para cessar as abordagens violentas que ocorriam”, segundo

a PGE, que disse ainda que “o Estado entende mais benéfico à população a manutenção regular das atividades produtivas” das fazendas, ainda que sob forte suspeita de grilagem.

A reportagem perguntou se a PGE convocou reuniões com o juiz de Correntina após reunir-se com os líderes do agro baiano, mas o órgão se recusou a informar.

Para a Procuradoria, não há “relevância para descrição de datas e pautas, ou lista de presentes” de eventuais encontros – qualificados como uma “atividade ordinária” pelo Órgão.

A Matrícula nº 2280 e os indícios de grilagem

Uma análise de documentos do Tribunal de Justiça da Bahia revela os indícios de grilagem na área recém-liberada. A decisão que bloqueou os mais de 400 mil hectares, de 28 de julho passado, refaz o histórico do caso.

A principal suspeita é que a Matrícula de Terras de nº 2280, registrada no Cartório de Santa Maria da Vitória (BA), tenha originado uma série de registros ilegais em toda a região. As fazendas bloqueadas no fim de julho têm relação

com esta Matrícula, conforme os documentos obtidos pela Pública.

Para Órgãos do Governo, Ministério Público Estadual e a própria PGE, as terras seriam, na verdade, do Estado da Bahia.

FOTO: AGÊNCIA PÚBLICA



Há décadas, Comunidades Tradicionais disputam áreas de Cerrado nativo com o agronegócio no Oeste da Bahia.

Com base no pedido inicial, formulado pela PGE, o juiz Matheus Santos narra: “as próprias transcrições [Matrículas] nº 2280, anteriores e consequentes, além de outras que possam ser apresentadas referente ao perímetro discriminado, onde atualmente está registrado o imóvel Gleba Arrojelândia, devem ser tidas por nulas e então canceladas”.

Tal conclusão vinha de um estudo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Governo baiano, que identificou que em 1980 “a Matrícula 2280 foi aumentada de 2.000 hectares para 400.000 hectares”, avançando ilegalmente sobre terras públicas nos municípios de Correntina, Jaborandi e Santa Maria da Vitória.

Com base na suposta grilagem ocorrida há mais de 40 anos, o Ministério Público da Bahia havia concluído que “não há outra medida a fazer senão anular todos os títulos da área em questão que forem considerados fraudulentos e, posteriormente, regularizar a posse da área para as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto que secularmente vivem na região” – ainda conforme relato da Comarca de Correntina.

O juiz Matheus Santos ainda destacou que a suposta grilagem teria ocorrido simultaneamente ao registro das fazendas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) – “o que pode revelar interesse

federal” no caso, segundo ele.

“Tanto é assim que há procedimentos investigativos instaurados pelo Ministério Público Federal” para apurar o caso da Matrícula nº 2280, relatou o magistrado.

O juiz referia-se a um inquérito civil sobre o caso, da Unidade do MPF em Bom Jesus da Lapa (BA), e a um Procedimento Administrativo aberto pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF após a conclusão do inquérito inicial.

Procurado pela Pública, o MPF informou que as investigações seguem a cargo de sua Unidade em Bom Jesus da Lapa (BA), sem dar mais detalhes.

Juiz se exime e questiona governo quanto à área grilada

Para justificar a liberação dos mais de 400 mil hectares sob suspeita de grilagem, o juiz de Correntina alegou que foi o Estado da Bahia, responsável por propor a ação inicial, quem definiu

que a área a ser bloqueada era de apenas 7,5 mil hectares.

Na decisão, o magistrado relata que, “passados mais de 15 anos desde o protocolo da [ação]

inicial, o autor [Estado da Bahia] não possui certeza do objeto do feito e o seu alcance” – ou seja, o governo baiano não saberia, ao certo, qual o tamanho da área supostamente grilada.

◆ CIDADES – GRILAGEM DE TERRAS/AGRONEGÓCIO

FOTO: AGÊNCIA PÚBLICA



Nos últimos 40 anos, o avanço do agro intensificou a grilagem no Oeste da Bahia, com muitos casos chegando à Justiça Estadual.

Na decisão que liberou as fazendas, o juiz de Correntina alegou também que o imenso bloqueio criava “obstáculo ao crédito dos produtores, de modo a prejudicar toda a cadeia agrícola” no Oeste baiano, na fronteira agrícola do Matopiba.

À época da reunião com a PGE, os ruralistas também estiveram com o Diretor da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), Gustavo Eduardo Rocha, responsável pela regularização fundiária e reforma agrária na Bahia, e com o Coordenador de Análise de

Processos de Incentivos Fiscais do Estado, Silvio José Santana, para discutir o caso.

À Pública, o juiz Matheus Santos não respondeu às perguntas específicas sobre o caso, baseando-se na Lei que impede juízes de se manifestarem sobre Processos sem julgamento final.

O magistrado, porém, defendeu a atuação do Judiciário no Oeste baiano: “a Comissão de Conflitos Fundiários do TJBA [Tribunal de Justiça da Bahia] tem mantido constante diálogo com os representantes das Comuni-

dades Tradicionais, o Poder Público local, os produtores rurais e a PGE, a fim de se construir, conjuntamente, uma solução para os problemas estabelecidos”.

A Pública também procurou o Diretor-Superintendente da SDA, Gustavo Rocha, para saber o que foi discutido no encontro com os ruralistas no fim de setembro, além da posição da pasta diante das suspeitas de grilagem em torno da Matrícula 2280, mas não houve retorno. Caso se manifeste, o texto será atualizado.

Suspeita de grilagem envolve SLC Agrícola (e seus sócios estrangeiros)

Um dos membros da diretoria da Aiba é parte interessada no processo. Com pouco mais de 350 hectares, um dos imóveis recém-liberados na área sob suspeita está registrado em nome da Fazen-

da Piratini Empreendimentos Agrícolas, uma filial da SLC Agrícola – que hoje ocupa a Vice-Diretoria Administrativa da Aiba. Piratini é o mesmo nome de outra propriedade da SLC na região, próxima

à divisa com Goiás, uma das fazendas mais privilegiadas com concessões de uso de água subterrânea para o agronegócio baiano, como revelado pela Pública.

FOTO: AGÊNCIA PÚBLICA



Fachada da Fazenda Piratini, filial da SLC Agrícola.

◆ CIDADES – GRILAGEM DE TERRAS/AGRONEGÓCIO

O latifúndio é partilhado com o fundo britânico Valiance, um dos muitos sócios bilionários da SLC no exterior. Fundada e controlada pela família gaúcha Logemann, a Companhia também está associada ao investidor britânico Crispin Odey, um dos principais financiadores do Movimento Brexit, no Reino Unido.

Documentos apresentados pela SLC ao mercado financeiro em 2023 revelam ainda, entre seus sócios, uma série de Fundos de In-

vestimento de categorias trabalhistas dos Estados Unidos, como dos professores aposentados da Califórnia, dos servidores públicos do Alaska, do Novo México e do Missouri, dentre outros.

Grandes investidores do sistema financeiro global também estão associados à SLC, por meio de Fundos ligados a JP Morgan Chase, Vanguard e BlackRock – três grupos acusados por organizações indígenas de financiarem

projetos nocivos à Amazônia.

À Pública, a SLC Agrícola disse que “não é parte no Processo” que bloqueou os mais de 400 mil hectares no Oeste baiano e que “a área em disputa [no Processo] é distante de onde está localizado” seu imóvel na região. Quanto aos encontros dos ruralistas com o Governo Estadual e a PGE, a SLC afirmou que “nenhum representante da Companhia esteve presente” nas reuniões.

Danos ambientais e ‘pistolagem’ cercam parte dos envolvidos

Em resposta à Justiça Estadual, no último dia 7 de agosto o Cartório de Registros de Correntina enviou uma lista preliminar com parte dos supostos donos das propriedades

atingidas pelo imenso bloqueio de terras, ainda válido à época.

A Pública teve acesso ao documento, que mostra que pelo menos 12 mil hectares da

área então bloqueada são controlados pelos irmãos gaúchos John e Harald Kudiess, fazendeiros e donos da empresa J&H Sementes.

FOTO: AGÊNCIA PÚBLICA



John e Harald Kudiess, respectivamente, fazendeiros e donos da empresa J&H Sementes.

John já foi acusado pelo Ministério Público de Goiás de provocar danos ambientais em “vasta região” do Parque Estadual da Terra Ronca (GO), pois teria causado “deslizamento de terra de consideráveis proporções” ao supostamente desviar água da chuva nas

plantações de uma de suas fazendas no Oeste baiano. À ONG Global Witness, John Kudiess já afirmou que as acusações do MP goiano “não contêm nenhuma prova de que as atividades na propriedade teriam sido a causa de tais deslizamentos”.

O Grupo Agrícola Igarashi também se destaca entre os nomes do agro envolvidos no caso, controlando pouco menos de 5 mil hectares na área sob suspeita de grilagem. É o mesmo grupo que esteve no coração de uma revolta popular em 2017.

FOTO: AGÊNCIA PÚBLICA



Fachada da Fazenda Igarashi; grupo tem histórico de conflitos na região.

◆ CIDADES – GRILAGEM DE TERRAS/AGRONEGÓCIO

À época, centenas de camponeses invadiram uma das fazendas da Companhia em protesto contra a Igarashi, pela empresa poder coletar milhões de litros de água diariamente nos rios próximos enquanto a seca só avança em suas terras. O conflito escalou a ponto da população de

Correntina unir-se e protestar nas ruas contra o 'libera geral' de outorgas de uso de água para o agronegócio. Anos depois, o Grupo Igarashi segue autorizado a usar fartamente os recursos hídricos na região. Também do ramo de sementes agrícolas, a

Agropecuária Talismã é mais uma com fazendas na área sob suspeita de grilagem. A Pública revelou, em maio passado, que a empresa tinha sido impactada por outro bloqueio de terras em Correntina, de 11 mil hectares, com acusações ainda mais graves por parte da PGE.

FOTO: AGÊNCIA PÚBLICA



Empresa Talismã sementes tem histórico de grilagem na região

Segundo a Procuradoria-Geral, seguranças a serviço da Agropecuária Talismã teriam usado de "ameaças, cárcere privado [contra camponeses], fechamento de estradas tradicionais", além "da circulação ostensiva e per-

manente [de seguranças da empresa] pela área portando armas de grosso calibre", para expulsar camponeses da zona rural em Correntina.

A Pública procurou a Agropecuária Talis-

mã, para ouvi-la sobre as acusações da PGE e sobre a suspeita de grilagem, mas não houve retorno. A reportagem tentou contato com o Grupo Igarashi e com a J&H Sementes, mas também não houve resposta.

MATÉRIA ORIGINALMENTE PUBLICA NO PORTAL DA AGÊNCIA PÚBLICA - <https://apublica.org/2023/11/justica-libera-400-mil-hectares-sob-suspeita-de-grilagem-apos-pessao-ruralista-na-bahia/>

tr
TAISE RODRIGUES
STUDIO
FOTOGRAFICO
(77) 98858-1020

PROF. DR. WANDERLEY RIBEIRO
Assessoria à Instituições de
Educação Superior,
Escolas, Prefeituras Parecerista
Direito Educacional
Travessa da Ajuda nº2 Ed. Sul América, Sl, 601 - Centro - Salvador - Ba
Cep 40.020-030
71 - 2136-7479 / 98789-0843 / 99917-8500
wanderleyribeiro@bol.com.br
www.professorwanderleyribeiro.adv.br

◆ CIDADES - EDUCAÇÃO

Aluna do IFBA Vitória da Conquista é premiada em Seleção de Redação da Harvard Book Prize

FOTO: DIVULGAÇÃO/REDES SOCIAIS



Júlia de Oliveira Gonzaga Bruno, aluna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, premiada em competição que reuniu alunos de Escolas Públicas brasileiras.

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A conquistense Júlia de Oliveira Gonzaga Bruno, aluna do 2º ano de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus de Vitória da Conquista, com o tema "Déficit Habitacional", concorreu com outros trinta e dois estudantes e conquistou, na Categoria Escola Pública em Português, o 3º lugar na Fase Nacional, ficando na primeira colocação na Bahia e 2º lugar no Nordeste, no Concurso HarvardBook Prize 2023.

A competição internacional é organizada pelo Harvard Alumni Club of Brazil, Associação de ex-alunos da Universidade de Harvard no Brasil e esta foi a segunda edição realizada no país. A seleção tem por objetivo de reconhecer alunos talentosos e promissores.

A estudante disse ter tomado conhecimento do Concurso através das redes sociais

do IFBA e da divulgação feita, em sala de aula, pela Professora de Geografia Ione dos Santos, que pontua, ao lado de sua mãe, Flávia Gonzaga, foi um de suas incentivadoras para participar da seleção.

De acordo com Julia, a escolha do tema foi motivada pela sua realidade social. "... Falar sobre déficit habitacional foi como fazer um estudo de caso sobre minha própria vida e a vida de milhares de pessoas que não têm acesso à moradia própria... esse texto desmistifica a expressão 'falta de moradia', analisa dados e citações de pessoas que vivenciam tal realidade e cobra dos Governos a implementação contínua e sólida de políticas habitacionais justas para a população", sublinha a estudante.

Júlia afirma que embora tivesse conhecimento da relevância do tema abordado em sua redação, disse ter ficado muito feliz, mas

surpresa com o resultado expressivo conquistado. "Estou muito, muito feliz especialmente com a reação da minha família e da minha Professora Ione Rocha. Eu só tenho a agradecer a todas as pessoas que me ajudaram a ser quem eu sou e a construir o repertório social que foi utilizado no texto. Eu devo todo o processo a minha mãe, Flavia Gonzaga, mãe solo, incansável, que sempre fez o possível e o impossível para me proporcionar uma educação de qualidade e realizar todos os meus sonhos. Então se eu puder dizer algo sobre essa premiação seria: obrigada, mãe!", celebrou a estudante.

A solenidade de premiação, segundo a Harvard Alumni Club of Brazil, será oportunamente anunciada e os vencedores terão seus textos publicados em um livro editado pela Editora Harvard e receberão um Certificado de Participação no Projeto.

◆ CIDADES – EDUCAÇÃO

FOTO: REDES SOCIAIS /@LICINIOEDUCA



Prêmio Band Cidades Excelente 2023 consagra, pelo terceiro ano consecutivo, Licínio de Almeida na Categoria Educação

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Licínio de Almeida foi a grande vencedora, pelo terceiro ano consecutivo, da etapa estadual do Prêmio Band Cidades Excelentes, na Categoria Educação de municípios com até 30 mil

habitantes. O prêmio é uma parceria do Grupo Bandeirantes de Comunicação com o Instituto Aquila – que é responsável pela avaliação dos municípios em todo o país. O objetivo é reconhecer e destacar boas

práticas das gestões públicas municipais. Com o resultado, Licínio de Almeida vai disputar a etapa nacional do Prêmio Band Cidades Excelentes, em dezembro, em Brasília.

◆ CIDADES – EDUCAÇÃO

FOTO: REDES SOCIAIS /@LICINIOEDUCA



O prefeito Frederico – Dr. Fred – Vasconcellos Ferreira (PCdoB) e a secretária municipal de Educação e Cultura, Karla Mychely Teles de Miranda, receberam a premiação do Band Cidades Excelentes pelos resultados obtidos na Educação.

Para o prefeito Frederico – Dr. Fred – Vasconcellos Ferreira (PCdoB), que participou da solenidade de entrega dos prêmios no último dia 27, no Auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB), acompanhado da secretária municipal de Educação e Cultura, Karla Mychely Teles de Miranda, o reconhecimento pelo trabalho e esforço de muitas pessoas que estão envolvidas no setor da Educação do município. Ainda segundo o prefeito, Licínio de Almeida tem conquistado esse reconhecimento porque é uma gestão de

continuidade.

“Ter nossa gestão reconhecida é uma prova de que estamos no caminho certo e, também, é um estímulo para que a gente continue trabalhando para que Licínio de Almeida siga avançando e construindo condições para a melhoria da qualidade de vida da população”, pontuou o gestor.

O Prêmio Band Cidades Excelentes tem seis pilares de avaliação dos municípios brasileiros: Governança, Eficiência Fiscal e Transparência; Educação; Saúde e Bem-estar; Infraestrutura e Mobilidade Urba-

na; Sustentabilidade e Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública. O Instituto Aquila utiliza 67 indicadores para analisar as políticas públicas dos municípios. O Prêmio possui três categorias: cidades com menos de 30 mil habitantes; entre 30 mil e 100 mil habitantes e mais de 100 mil habitantes.

A cerimônia de entrega da honraria contou com a presença de gestores municipais do Estado e do Diretor Regional da Band Norte Nordeste, Augusto Correia Lima, dentre outras autoridades.

◆ SAÚDE MENTAL – ENTENDENDO O LUTO

“Dos dramas humanos, a morte é o nosso maior drama”, pontua Psicóloga sobre o luto

◆ **GABRIELA COSTA MATIAS**
jornalismo@jornaldosudoeste.com

O luto é uma experiência universal e inevitável na jornada humana. Todos nós, em algum momento da vida, enfrentamos ou enfrentaremos a perda de alguém ou algo que nos é querido. No entanto, muitas vezes, a experiência do luto é rodeada de tabus. O luto é um processo complexo que envolve emoções intensas, físicas e psicológicas. Cada pessoa enlutada reage de uma forma. Não há um único caminho que possa ser correto para enfrentar o luto.

Experienciar a perda de uma pessoa querida em seu círculo familiar ou social, naturalmente afeta o estado emocional. O processo do luto, pode ser manifestado em níveis diferentes que envolve o indivíduo que sente aquela perda, assim como um coletivo de pessoas que também sentem, mas são afetados de modos distintos.

A Psicóloga conquistense Ana Mara Dutra Souza, em entrevista exclusiva ao JS, aponta o que, de fato, seria o luto, o processo de superação, as maneiras de enfrentá-lo e como ajudar quem está vivenciando este momento sensível da vida.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: O que seria, de fato, o luto?

DRª ANA MARA DUTRA SOUZA: A gente vivencia o luto em situações de perda. Essas perdas podem ser definitivas ou não, como um processo de separação, é uma perda, assim como pode ser uma perda de um emprego ou de um ente. Toda situação de perda envolve um luto. O luto se inicia no momento da perda. O processo de sofrimento inicialmente é aquela coisa impactante que a pessoa não consegue nem nomear, às vezes, o que está sentindo. Depois vai processando a emoção e aos poucos a vivência desse processo vai se dando lentamente, até ressignificar aquela circunstância e poder se reinventar naquele momento.

JS: Em tese, o luto é essencialmente um processo solitário, assim como é vivenciar qualquer dor. Nesse processo, na opinião da senhora, buscar apoio das outras pessoas ajuda a superar a dor?

DRª. ANA MARA DUTRA SOUZA: O luto é vivido de maneira individual, mas ele pode ser coletivo também, como uma perda dentro da família, é sentido pela família inteira, cada um vai sentir de uma maneira, cada um vai de uma



FOTO: GABRIELA MATIAS

forma, processar aquilo. O luto tem a ver quando é a perda de um ente querido, tem a ver com a relação que você tinha com a pessoa antes dela falecer, tem a ver com o tipo de morte

que aconteceu e com a idade da pessoa, se foi morte natural ou foi acidente. Então dependendo de uma série de circunstâncias esse luto vai ser processado de uma maneira ou de outra.

“

O luto é um momento importante porque ele é um momento para quem fica, de aprendizado, de reinvenção, de ressignificação, de se organizar de uma outra maneira diante da vida e diante do que passou do que foi, do outro que foi. Então o luto faz parte do processo da vida

”

◆ SAÚDE MENTAL – ENTENDENDO O LUTO

JS: Algumas teorias, como a da psiquiatra suíça Elizabeth Kubler Ross, asseguram que o luto possui cinco fases. Quais são elas e que tipo de aprendizado existe em cada uma?

DRª. ANA MARA DUTRA SOUZA: O primeiro estágio é a negação e o isolamento, que é o momento do impacto, na hora que chega a notícia ou que você se dá conta do que está acontecendo. Geralmente entra num processo de negação e às vezes um isolamento da situação. O segundo momento do luto, é a raiva, que é um sentimento muito importante dependendo da forma como a pessoa morre, por exemplo, essa raiva vai se configurar de uma maneira muito significativa, principalmente em adolescente e em adulto jovem. Então é

preciso prestar atenção nessa emoção. Porque é uma emoção que a gente não gosta muito, e a pessoa pode se sentir culpada. Porque a raiva, não é a raiva da situação apenas, às vezes ela pode ser raiva da situação, raiva de Deus, raiva do morto. Então, a raiva é uma raiva ampliada, vamos dizer. E pode ser de várias coisas. Daí a raiva pode gerar culpa também. O outro estágio que é o estágio da barganha, de querer de alguma forma barganhar com Deus ou com a vida para ter aquela pessoa de volta. E por último, a aceitação. A aceitação é o estágio final de elaboração do luto. Agora, é importante entender que o processo do luto não se dá assim, nessa sequência, exatamente. Às vezes as emoções são concomitantes. Você

sente o impacto e já vem com a raiva, às vezes uma tristeza profunda, imediatamente depois. Então o processo não é que vai ter uma sequência exatamente assim, mas vai ter momentos mais marcados por essas situações e ao final a elaboração disso, que é a aceitação, vai se dar quando você entende que aquilo foi perdido mesmo, que não tem retorno, que não tem volta, que se foi e é um desligamento, é o rompimento do vínculo. O luto é um momento importante porque ele é um momento para quem fica, de aprendizado, de reinvenção, de ressignificação, de se organizar de uma outra maneira diante da vida e diante do que passou, do que foi, do outro que foi. Então o luto faz parte do processo da vida.

FOTO: GABRIELA MATIAS



“

“Acho que as pessoas tem mais tabu em falar da morte do que do luto. E no processo de elaboração do luto é importante falar da morte. Então, talvez por isso, não se fale do luto. Porque é importante falar da morte, é importante falar do morto, é importante falar do que se viveu, porque é assim que a gente vai criando uma narrativa e vai conseguindo acalantar as emoções”

”

◆ SAÚDE MENTAL – ENTENDENDO O LUTO

JS: Na opinião da senhora, por que a morte é considerada um assunto tabu, capaz de assustar muitas pessoas?

DRA. ANA MARA DUTRA SOUZA: Não necessariamente. Acho que as pessoas têm mais tabu em falar da morte do que do luto. E no processo de elaboração do luto é importante falar da morte. Então, talvez por isso, não se fale do luto. Porque é importante falar da morte, é importante falar do morto, é importante falar do que se viveu, porque é assim que a gente vai criando uma narrativa e vai conseguindo acalantar as emoções. É a partir da construção dessa narrativa que a gente repete, repete, a gente constrói uma história, a gente fala da pessoa e a gente ressignifica aquilo, isso vai ganhando sentido dentro da gente. É importante escutar quem está vivendo o luto. Às vezes as pessoas não gostam de escutar quem está vivendo o luto e aí diz: 'não, deixa isso pra lá. Não fala disso. Não, a gente não pode falar dos mortos, deixa eles descansarem em paz'. Mas a gente precisa

entender que é importante falar dessa dor, falar disso, falar da vivência, do que está dentro da gente, é importante.

JS: Na opinião da senhora quais tipos de danos a perda de uma pessoa amada pode causar?

DRª. ANA MARA DUTRA SOUZA: O luto é um processo normal. Um processo da vida. Existe uma coisa específica que a gente pode nomear como um luto patológico. Isso é uma coisa específica, correto? Não é todo o luto que é assim. Na verdade, uma quantidade muito pequena de pessoas que vivenciam o luto, desenvolve o luto patológico, que é justamente esse processo em que a pessoa fica fixada em um desses momentos do luto e não chega na aceitação. Ela pode ficar na negação, ela pode ficar com raiva, ela pode ficar na tristeza profunda e não chegar na aceitação e no processo da finalização dessa perda. Aí precisa de ajuda.

JS: É comum as pessoas dizerem que quando

uma pessoa morre depois de passar muito tempo enferma, a família vive o luto aos poucos. Isso é verdade?

DRª ANA MARA DUTRA SOUZA: Depende de como a pessoa morreu, depende de qual a idade que essa pessoa estava. Depende de como esse processo aconteceu. Um processo de adoecimento, que leva tempo e a pessoa fica muito tempo e gera sofrimento no momento da morte, às vezes isso pode gerar, para quem está no cuidado, uma sensação de alívio mesmo. Alívio não porque quer ficar livre do outro, mas porque aquele sofrimento foi cessado, porque aquele sofrimento foi interrompido. E aí esse luto é processual. Às vezes ele vai sendo construído ainda nessa fase terminal. Algumas pessoas elaboram isso na fase terminal. Outras não. O luto varia muito de pessoa para pessoa. Como a pessoa vai vivenciar depende da personalidade dela, como ela é, e a relação que ela vai estabelecer com esse outro vai depender de como ela funciona na vida.



A saudade vai ficar pra sempre, a dor também. A gente aprende a ressignificar isso, a falta. A gente aprende a organizar essa falta dentro da gente. Algumas pessoas organizam melhor, outras não. Mas a saudade, a falta, a dor da perda, ela vai tá presente e vai marcar. Dependendo da pessoa e de como você se relacionava com ela. Essa dor pode seguir pra vida inteira



JS: Pessoas que tiveram perdas na família são unânimes em afirmar que a saudade diminui, mas nunca passa. A senhora acredita nessa afirmação?

DRª. ANA MARA DUTRA SOUZA: A saudade vai ficar pra sempre, a dor também. A gente aprende a ressignificar isso, a falta. A gente aprende a organizar essa falta dentro da gente. Algumas pessoas organizam melhor, outras não. Mas a saudade, a falta, a dor da perda, ela vai estar presente e vai marcar. Dependendo da pessoa e de como você se relacionava com ela. Essa dor pode seguir para vida inteira. Isso varia de pessoa para pessoa e de qual relação você estabelece. Por exemplo, o processo natural da vida, uma pessoa adulta perde os pais envelhecidos, é doloroso, é sofrido, mas é um processo mais aceitável. Essa mesma pessoa perdeu um filho, perdeu um filho criança, jovem, a relação com a morte vai ser completamente diferente.

JS: O sepultamento de uma pessoa é um ritual que, invariavelmente, costuma ser doloroso principalmente para os familiares mais próximos – pais, irmãos, esposas, maridos, filhos, netos. A senhora diria que é necessário passar por esse ritual para elaboração do luto?

DRª ANA MARA DUTRA SOUZA: Vivenciar

o velório e o sepultamento é um ritual importante na nossa cultura, isso é importante. É um momento de se desvincular do outro, tanto que a gente não diz a pessoa, a gente diz o corpo da pessoa. Então, se nomeia como o corpo, já é um descolamento, já é um momento da gente descolar a pessoa daquele corpo. Então você vela o corpo. E aí naquele momento se fala do morto, se conta história sobre ele, se fala da das situações vivenciadas, se coloca no lugar do outro. Então é uma construção simbólica sobre aquele corpo. Isso é importante. E o sepultamento é um momento muito difícil mesmo, é doloroso, tem pessoas que não dão conta de vivenciar e isso não precisa gerar culpa, não precisa gerar a sensação de ser melhor ou pior. É um momento também que não precisa ser evitado. Se a pessoa se dá conta de que vivenciar é importante, que vivencie. Porque é o momento de você novamente se desvincular daquele corpo e para o processo de aceitação e compreensão de que aquilo acabou. É importante essa concretização da morte. Mas a morte não é fácil. Talvez dos dramas humanos, eu diria que é o nosso maior drama.

JS: E o que fazer com objetos que remetem à lembrança da pessoa que se foi? É saudá-

vel mantê-los próximos de quem está sofrendo pela perda?

DRª ANA MARA DUTRA SOUZA: Nesse primeiro momento, às vezes o objeto permanecer dentro do lugar onde a pessoa vivia, pode causar para algumas pessoas, um certo acolhimento, uma calma, mas é importante se desvincular das coisas do morto. Inicialmente é importante se afastar desses objetos, dessas coisas, para ter o tempo de processamento e a aceitação da morte, para depois resgatar essa memória, depois resgatar essas lembranças e essas honrarias que as pessoas querem ter em relação a pessoa que perdeu.

JS: Eventualmente, mesmo com o apoio da família e amigos, há pessoas que não conseguem superar uma grande perda. O que fazer nesses casos?

DRª ANA MARA DUTRA SOUZA: Se é um luto patológico é preciso o tratamento psiquiátrico e psicológico. Às vezes só o psicológico, a psicoterapia dá conta, mas é preciso atenção. Se a pessoa não está conseguindo avançar dentro desse processo de elaboração do luto, é preciso ter atenção para oferecer ajuda. Mas lembrando que a grande maioria dos lutos são normais. Sofridos, mas normais.



... Ele vai se tornar patológico se começar a causar estranheza e interferir no processo de vida da pessoa. Se ela não está conseguindo avançar na vida, se ela está presa àquela história e não consegue avançar na vida. Seja lá em que tempo for. Isso precisa cuidado



◆ SAÚDE MENTAL – ENTENDENDO O LUTO

JS: Existe um tempo para que o luto não vire patológico? Quais caminhos seguir para que a pessoa enlutada não caia neste estágio?

DR^a ANA MARA DUTRA SOUZA: Ele vai se tornar patológico se começar a causar estranheza e interferir no processo de vida da pessoa. Se ela não está conseguindo avançar na vida, se ela está presa àquela história e não consegue avançar na vida. Seja lá em que tem-

po for. Isso precisa de cuidado. Depende de quem perdeu, de como perdeu, da relação que tinha. Então tem toda essa história que precisa ser compreendida.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

DR^a ANA MARA DUTRA SOUZA: A gente não precisa sofrer mais do que o necessário,

mas tem um sofrimento que é necessário e hoje em dia, infelizmente, a gente tem a fantasia de que tem que ser alegre e feliz o tempo todo. Tem tempo de sorrir, tem tempo de ser feliz e tem tempo de chorar. E quando a gente perde, a gente sofre mesmo. E precisa de um tempo para poder superar as perdas que a gente tem. Então acolhe a perda, sofre e depois toca a vida.

FOTO: GABRIELA MATIAS



ANA MARA DUTRA SOUZA

Psicóloga

ATENDIMENTO EM VITÓRIA DA CONQUISTA:

CLÍNICA BIO PSIQUE TRATAMENTO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

AVENIDA JORGE TEIXEIRA, ED. MILENIUM, Nº 74 - TÉRREO

BAIRRO CANDEIAS

(77) 3427-4117

@CLINICABIOPSIQUE

GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) E EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL), ESPECIALISTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP), ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS), MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) E DOUTORANDA EM PLANIFICAÇÃO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE PELA UNIVERSIDADE DE BARCELONA (U BARCELONA). ATUALMENTE É PROFESSORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB), ATUANDO PRINCIPALMENTE NOS SEGUINTE TEMAS: TERAPIA COGNITIVA; PACIENTES, ÁLCOOL E CRISES; TRABALHO, SAÚDE E DROGA; ADESÃO, PSICOTERÁPICO, ÁLCOOL, MOTIVAÇÃO, CAPS E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS; PERFIL, DEPENDÊNCIA QUÍMICA E VIOLÊNCIA.

Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: Gilvanio Rocha da Silva

◆ SAÚDE – PESQUISA/CÂNCER

Extrato de bagaço de maracujá pode retardar evolução de Câncer

Terapia Quimiopreventiva atrasa a ocorrência de casos em experimentos feitos com animais

FOTO: FELIPE BEZERRA/DIVULGAÇÃO



O extrato do bagaço do maracujá tem potencial de retardar o câncer de próstata

◆ ADRIANA VILAR DE MENEZES – ASCOM/JORNAL DA UNICAMP

secpres@unicamp.br

Atrasar ou prevenir o desenvolvimento de Cânceres é algo almejado pela comunidade científica, que realiza pesquisas há décadas sobre essa temática. A nutricionista Andressa Mara Baseggio descobriu na ação do extrato do bagaço do maracujá esse potencial: retardar o Câncer de Próstata. Em sua tese de Doutorado, desenvolvida na Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp, Baseggio não apenas identificou e quantificou o Piceatannol (composto bioativo fenólico majoritário no maracujá e com composição química análoga ao Resveratrol, muito conhecido por sua presença no vinho), como estudou os mecanismos biológicos que promove. A pesquisadora provou que a Terapia Quimiopreventiva feita com o extrato do bagaço do maracujá é capaz de atrasar a ocorrência de casos de Câncer de Próstata. Para chegar a esse resultado, a Nutricionista lançou mão de outras duas pesquisas realiza-

das anteriormente na Unicamp.

“Trata-se de um importante avanço científico. Nós verificamos um atraso no desenvolvimento do Câncer em animais”, afirma o professor da FEA Mário Roberto Maróstica Júnior, que coorientou Baseggio em sua tese, intitulada “Câncer de Próstata e extrato de bagaço de maracujá: efeitos sistêmicos e propriedades Quimiopreventivas frente à progressão tumoral em modelo Tramp”. A Coorientadora do Estudo, Valéria Helena Alves Cagnon Quitete, do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, utiliza há cerca de dez anos o modelo biológico Tramp (sigla em inglês para modelo biológico camundongo transgênico para Adenocarcinoma de Próstata), de que lançou mão Baseggio.

Importado do The Jackson Laboratory, uma Instituição de Pesquisa norte-americana, o modelo Tramp foi reproduzido na Unicamp com o apoio do Centro Multidisciplinar para Investi-

gação Biológica na Área da Ciência em Animais de Laboratório (Cemib). Os camundongos têm uma condição específica que faz com que desenvolvam Lesões Prostáticas de maneira progressiva. Essa característica tem permitido a realização, ao longo da última década, de estudos sobre o impacto de extratos naturais no Câncer de Próstata, muitos dos quais conduzidos pela Professora Quitete.

Pelo modelo Tramp, o animal mimetiza o ser humano quanto ao desenvolvimento das Lesões Prostáticas. “Eu consegui observar que um animal que recebeu doses do extrato com 18 semanas da doença apresenta um perfil de lesões igual ao de um animal com 12 semanas sem o uso do extrato. Isso significa que houve um atraso no desenvolvimento do Câncer”, explica Baseggio. De forma regular, foram administrados nos animais doses de 10 mg de Piceatannol por quilo de peso.

◆ SAÚDE – PESQUISA/CÂNCER

Biodiversidade

A nutricionista pontua que não se trata da cura da doença, mas da identificação de uma forma de prevenção e também de conseguir um atraso no desenvolvimento do Câncer de Próstata por meio de uma Terapia denominada Quimiopreventiva. Utilizou-se na pesquisa o maracujá amarelo azedo, de maior interesse comercial. Na indústria, 76% do fruto, em grande parte casca e semente, são descartados ou transformados em subprodutos. O Brasil exporta os derivados do maracujá na forma de polpa para a indústria de alimentos, que a utiliza, por exemplo, na saborização de sorvetes e sucos.

Segundo Baseggio, existem 150 espécies de maracujá no país, entre as quais algumas nativas. Em termos de biodiversidade do maracujá, perdemos apenas para a Colômbia, que conta com 170 variedades da planta. A nutricionista explica que o maracujá é uma fruta tropical totalmente adaptada ao clima brasileiro, de fácil cultivo e de grande produtividade.

A técnica utilizada para a obtenção do extrato do bagaço do maracujá rico em Piceatannol foi desenvolvida na Unicamp, sob orientação do Professor Julian Martinez, da FEA, e patenteada pela Universidade. Estudos com o extrato para a produção de cosméticos (uso tópico) vêm sendo realizados por uma empresa parceira da Unicamp. Com o uso de diferentes graus de temperatura e pressão e de diferentes combinações de um solvente, é possível concentrar e separar o composto Piceatannol. "Utilizamos o extrato bruto, no qual identificamos outros compostos fenólicos", diz a pesquisadora.

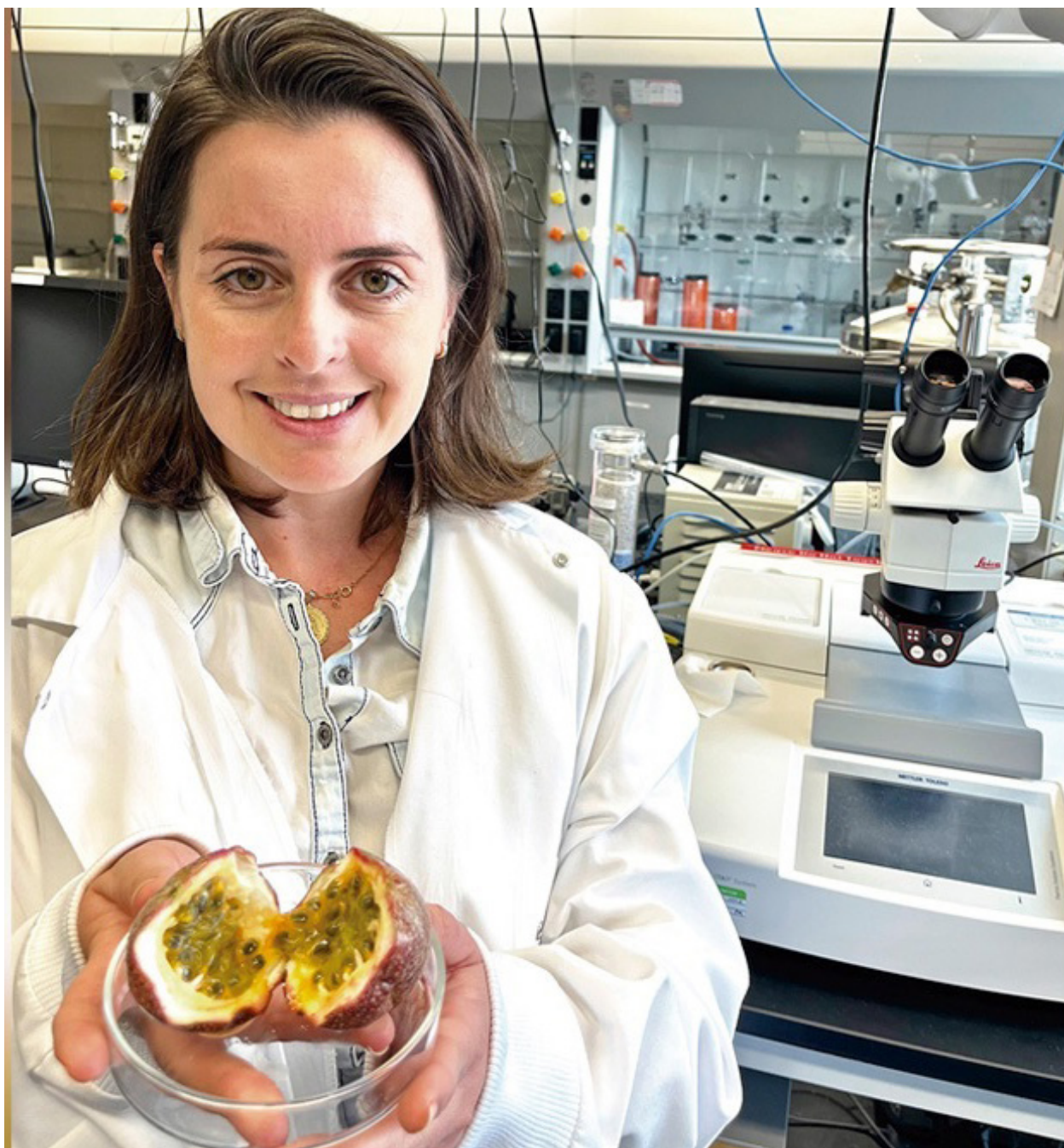
A semente de maracujá já é alvo de estudo há muito tempo por conta de sua ação rejuvenescedora, como por exemplo da pele, devido ao seu potencial antioxidante, diz Baseggio. "Nós avaliamos isso por um ângulo novo, que é o extrato do bagaço do maracujá, sobre o qual não havia quase nada de pesquisa em termos de consumo via oral. Queríamos avaliar se o efeito nos animais aconteceria de maneira sistêmica e após o processo de digestão."

Métodos biológicos

Em sua análise, a pesquisadora investigou dois mecanismos de ação do Piceatannol. O primeiro foi a autofagia, um mecanismo de "reciclagem" celular que tem despertado grande interesse na área da Biologia e nos estudos sobre o Câncer como uma resposta adaptativa. A importância desse processo foi reconhecida no ano de 2016, quando o Biólogo japonês Yoshinori Ohsumi recebeu o Nobel de Medicina por conta de sua pesquisa sobre a Autofagia em Fungos.

O segundo mecanismo observado por Baseggio diz respeito à resposta Antioxidante, já estudada há muitos anos por Maróstica na FEA. "Avaliamos os efeitos do extrato em animais em diferentes estágios de desenvolvimento do Câncer para estudar o papel desses mecanismos", diz a pesquisadora, que não identificou nenhum efeito tóxico do extrato.

Embora os resultados obtidos com os animais sejam promissores, é preciso ter cautela ao transpô-los para os seres humanos. Segundo Baseggio, a diferença em estudos com animais está no controle das condições e na



A nutricionista Andressa Mara Baseggio: técnica usada para a obtenção do extrato foi desenvolvida na Unicamp.

Além da avaliação sobre os efeitos em todo o corpo do animal, a pesquisadora também estudou o efeito dele no caso do Tumor de Próstata. "Esse extrato tem um potencial antioxidante que é muito estudado para alimen-

tos funcionais. O meu grande interesse era o Piceatannol, que ainda é pouco pesquisado se compararmos com os estudos sobre o Resveratrol, conhecido por suas propriedades biológicas."

FOTO: FELIPE BEZERRA/DIVULGAÇÃO



baixa variação genética interindividual. "Sobre as condições ambientais, uma delas é a dieta controlada, por meio da qual o animal vai co-

mer somente o que dermos a ele. Mas isso não acontece com os seres humanos, que apresentam inúmeras variáveis."

◆ SAÚDE – CÂNCER DE PRÓSTATA

Novembro Azul: Urologista fala sobre os cuidados com a Saúde do Homem e importância dos Exames de Rastreio para o Câncer de Próstata

◆ GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

O mês de novembro é dedicado à Atenção à Saúde do Homem, especificamente à conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do Câncer de Próstata. Apesar das campanhas anuais do Novembro Azul, que teve origem na Austrália, em 2003, a identificação do segundo Tumor mais prevalente em pessoas do sexo masculino - segunda doença que mais mata no mundo - ainda esbarra em dois principais obstáculos: o preconceito e a falta de acesso.

No Brasil, estimam-se 71.730 novos casos de Câncer de Próstata por ano para o triênio 2023/2025. Atualmente, é a segunda causa de óbito por Câncer na população masculina, reafirmando sua importância epidemiológica no país.

A idade ainda é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento do Câncer de Próstata, embora o um estudo publicado pelo Observatório Oncológico - iniciativa do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer - tenha

mostrado que nos últimos anos, houve um aumento de 5% no número de novos casos entre homens com idade entre 20 e 49 anos, mas o histórico familiar de Câncer de Próstata antes dos 60 anos, obesidade e etnia também podem influenciar. É importante que os homens estejam atentos para a sua saúde não apenas quando há qualquer anormalidade no corpo, pois doenças como o Câncer de Próstata não apresentam sintomas inicialmente, a prevenção é o melhor caminho.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA.



Médico Urologista conquistense Renato Chiachio Amorim.

A doença, embora silenciosa nas fases iniciais, se descoberta precocemente tem 90% de chances de cura, razão pela qual, reforça o Médico Urologista conquistense Renato Chiachio Amorim, que abriu espaço em sua agenda para uma entrevista exclusiva ao JS, quando esclareceu dúvidas sobre exames, tratamento e alguns tabus que envolvem o cuidado com a Saúde do Homem, é fundamental o diagnóstico precoce.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: O que é a Próstata e qual é a função dela no corpo masculino?

RENATO CHIACHIO AMORIM: A Próstata na verdade é uma Glândula que está localizada logo abaixo da Bexiga e que no homem tem duas funções primordiais na função reprodutiva, já

que a Próstata produz algumas substâncias que vão nutrir e proteger os Espermatozoides durante a ejaculação. E ela também tem uma função da parte urinária, no Canal da Urina, da Uretra. E uma das partes dela é justamente a parte da Próstata. Que é a Uretra Prostática. Então, vai ter uma função tanto na parte reprodutiva, quanto na parte urinária no homem.

JS: O que é o Câncer de Próstata? Qual a incidência dele?

RENATO CHIACHIO AMORIM: O Câncer de Próstata é uma Neoplasia, uma doença que acomete o Tecido Prostático, e que, tirando o Câncer de Pele não agressivo, o Câncer não Melanoma, ele é o principal Tumor presente no homem. São aproximadamente 65 mil casos anuais

de Câncer de Próstata. Ele é, de longe, a primeira colocada no Câncer masculino. Para se ter uma ideia, tirando realmente os casos de Câncer de Pele não agressivo. De cada quatro diagnósticos de Câncer, um é de Câncer de Próstata. E um homem morre de Câncer de Próstata a cada 38 minutos. Em número de mortalidade é o segundo, perdendo apenas para o Câncer de Pulmão.

JS: Quais os sinais e sintomas desse tipo de Câncer?

RENATO CHIACHIO AMORIM: O problema está aí, inicialmente não apresenta sintoma nenhum. O local da Próstata que gera Câncer, é uma parte periférica que não passa, por exemplo, a Urina. Então, o paciente não vai ter queixas de xixi no começo, ele vai estar totalmente assin-

◆ SAÚDE – CÂNCER DE PRÓSTATA

tomático. Quando apresentam os sintomas, em uma porcentagem grande dessas pessoas o Tumor já está avançado, em alguns casos até disseminação a longas distâncias de uma forma que o tratamento não é mais curativo, mas paliativo. Essa é a importância de buscar fazer os exames a partir dos 50 anos independentemente de estar apresentando sintomas ou não.

JS: Quais os principais fatores de risco para o desenvolvimento do Câncer de Próstata?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Os principais fatores de risco são fatores que infelizmente não podemos evitar, é aí que está o grande problema: que é a idade, quanto maior a idade maiores são as chances; o fator genético, quando se tem histórico familiar aumentam as chances; a questão da etnia, pessoas afrodescendentes também tem uma chance aumentada para desenvolvimento do Câncer de Próstata e trabalhos recentes também mostram que os fatores relacionados à obesidade, a Síndrome Metabólica, pessoas que realmente são sedentários, que não

tem uma alimentação muito adequada acabam se tornando mais suscetíveis a doença.

JS: Como é feito o diagnóstico? Quando deve ser realizado o Rastreamento do Câncer de Próstata?

RENATO CHIACHIO AMORIM: O diagnóstico é feito basicamente através do exame físico, o Toque na Próstata que é fundamental. O Exame de Toque está incluso na consulta de exame físico que consegue detectar alterações que podem ser sugestivas de ser o Câncer, associado ao Exame de Sangue que é o PSA. O PSA é feito para dosar uma Proteína específica da Próstata e, quando ela está aumentada na corrente sanguínea, isso pode indicar realmente uma alteração. Só que tanto o Toque quanto o PSA não confirmam a doença. São Exames de Triagem, exames que a gente faz para selecionar grupo populacional que deve ser submetido a Biópsia. É a Biópsia da Próstata que vai confirmar ou não que o paciente tem o Câncer de Próstata.

JS: Os Urologistas recomendam que todos os homens acima de 45 anos façam anualmente o Exame de PSA e o Toque Retal. De que forma a combinação desses dois Exames podem ajudar na prevenção do Câncer de Próstata?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Na verdade isso é um pouco polêmico, porque quando a gente fala em prevenção significa evitar, significa não ter aquilo, e é como eu falei, os fatores de risco para a doença infelizmente não são evitáveis. Quando fazemos essa triagem populacional não é para evitar o Câncer e sim para diagnosticar ele num estágio inicial. Na verdade, a gente faz uma promoção de um diagnóstico precoce do Câncer e não para evitar o Câncer. Possivelmente o paciente que tenha uma vida mais ativa, uma alimentação mais saudável, é uma forma de prevenção, querendo ou não. Mas infelizmente os principais fatores de risco não são evitáveis. Com isso, a função do Exame de Toque e do PSA não é prevenir e sim diagnosticar precocemente a doença.



... (Aumento da incidência de Câncer de Próstata no Brasil) Não é que haja mais casos de Câncer (de Próstata), porque o Câncer sempre existiu, mas pelo fato de o homem ter uma mente mais fechada, não buscam um meio de se proteger. Então, com movimentos, como o Novembro Azul, está se perdendo um pouco essa barreira do homem não buscar ajuda médica para tentar se proteger, e mais homens estão buscando Assistência. E obviamente, quanto mais homens buscam Assistência, mais diagnósticos são feitos

JS: Dados oficiais apontam que a incidência de Câncer de Próstata está aumentando a cada ano no Brasil. O que explica, na opinião do senhor, estes números?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Na verdade, o que explica é que, infelizmente, essa é uma boa notícia, porque se está aumentando é porque o pessoal está procurando mais o serviço. Não é que haja mais casos de Câncer (de Próstata), porque o Câncer sempre existiu, mas pelo fato de o homem ter uma mente mais fechada, não buscam um meio de se proteger. Então, com movimentos, como o Novembro Azul, está se perdendo um pouco essa barreira do homem não buscar ajuda médica para tentar se proteger, e mais homens estão buscando Assistência. E obviamente, quanto mais homens buscam Assistência, mais diagnósticos são feitos. Mas não é porque a doença aumentou em número de pessoas afetadas, mas antigamente era subnotificada, muitas pessoas tinham a doença, às vezes até morria sem saber do que morreu e nunca chegou a um diagnóstico preciso. Acredito que o que leva a esse aumento na incidência é o aumento da procura do serviço.

JS: Por que, na opinião do senhor, os homens ainda têm tanto preconceito com o Exame de Toque Retal?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Acredito que seja uma questão cultural. A sociedade ainda é bem machista, a questão do patriarcado, onde o homem não pode fazer um exame, querendo ou não, invasivo como o de Toque

Retal, mas é um exame importante. A meu ver é um exame que, é importante deixar claro, é um exame que não vai tirar a masculinidade de ninguém, é um exame rápido, indolor. A gente usa materiais específicos para diminuir o desconforto no exame. Mas que infelizmente, por uma questão ainda cultural, ainda temos o estigma do homem másculo que não pode fazer um exame de tal forma. Então, acredito que se trata dessa questão mais cultural mesmo, que felizmente está diminuindo com o passar das gerações. Eu acho que a tendência é que lá para frente a gente consiga realmente fazer de uma forma mais natural esse exame e sem nenhum tipo de preconceito, sem nenhum tipo de receio do paciente.

JS: De que forma a esposa, namorada ou companheira pode ajudar o homem a se prevenir contra o Câncer de Próstata?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Estimulando-o a buscar Assistência. Muitos dos pacientes que vêm é justamente porque são encaminhados pela esposa, filha, irmã. Então, a mulher, na verdade, por essa questão cultural já se protege desde nova, desde a primeira Menstruação ou relação sexual, ela está sempre indo ao Ginecologista para fazer seus exames de rotina. A mulher sempre tem esse cuidado, já o homem não é a mesma coisa. Então, a mulher está assumindo esse papel de estimular o seu ente - marido, pai, irmão - a buscar uma Assistência, o que é de suma importância para que a gente consiga realmente levar uma gama grande da

população a buscar Assistência Médica.

JS: Homens jovens podem ter Câncer de Próstata? E quais cuidados devem ser tomados para essa parcela da população?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Podem, mas claro que a incidência maior é a partir dos 55 anos de idade. A Sociedade Brasileira de Urologia até recomenda que os homens busquem Assistência a partir dos 50 anos, justamente pelo aumento na incidência. Mas claro que quando ele tem os fatores de risco, e isso inclui o histórico familiar, principalmente se o paciente tem pai ou irmão que teve Câncer, principalmente mais jovens antes dos 55 anos, as chances de ele também ter aumentam. Não significa que ele vai ter, mas as chances aumentam e por mais que as estatísticas fujam um pouco desse grupo, quando se tem fatores de risco, há uma chance maior de ter e, por isso, esse pessoal tem que procurar o acompanhamento de uma forma mais precoce.

JS: Qual é, na opinião do senhor, a relevância da campanha Novembro Azul para a prevenção ao Câncer de Próstata?

RENATO CHIACHIO AMORIM: É de suma importância. A pessoa tem um mês inteiro de conscientização. A mídia ajuda bastante, os Planos de Governo levam o homem realmente a refletir sobre a sua saúde, refletir sobre a importância de cuidar de si mesmo. Então, o Novembro Azul foi realmente foi um dos fatores que levou a população a buscar mais Assistência



◆ SAÚDE – CÂNCER DE PRÓSTATA

, a se cuidar.

JS: Qual a mensagem de cuidado que o senhor gostaria de transmitir sobre o Câncer de Próstata?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Cuide-se! Nós somos os maiores responsáveis pela nossa saúde. A saúde é de suma importância para todas as outras coisas na vida, sem saúde a gente não consegue de fato galgar nada além. É importante que o homem tenha essa

consciência de não buscar a Assistência apenas quando está doente. Porque o conceito de saúde não é apenas a falta de doença. A saúde vem de um conceito muito maior, de bem-estar físico, mental. Então, é importante que o homem busque atendimento, faça seu exame. Quando a gente dá uma notícia que está tudo bem com o paciente, ele já fica com a cabeça muito mais sossegada, menos estressada e isso reflete no seu dia a dia, na sua convivência com a

sua família, com os seus amigos, com o seu trabalho. Então, é importante buscar Assistência.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

RENATO CHIACHIO AMORIM: Lembrar que a Saúde do Homem não é só em novembro. Novembro é só um lembrete do Novembro Azul. O homem pode buscar uma Assistência, pode buscar um Urologista para se cuidar o ano inteiro.

FOTO: DIVULGAÇÃO



RENATO CHIACHIO AMORIM

MÉDICO UROLOGISTA

ATENDIMENTO EM VITÓRIA DA CONQUISTA:

SUDOESTE SAÚDE - RUA GÓES CALMON, Nº 235. CENTRO

TELEFONE: +55 77 3017-8440

GRADUADO EM MEDICINA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB. RESIDÊNCIA MÉDICA EM CIRURGIA GERAL NO HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS – HGRS/BA E UROLOGIA NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS HGV/PE.

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis**



◆ SAÚDE – AIDS

Dia Mundial de Combate à Aids: Mais de 2.304 casos de HIV são registrados na Bahia

Infectologista alerta para a importância da prevenção, diagnóstico e tratamento da Síndrome

FOTO: SHUTTERSTOCK



◆ JURACY DOS ANJOS – ASCOM (AGÊNCIA ATCOM)

juracy@agenciaatf.com

Celebrado em 1º de dezembro, o Dia Mundial de Combate à Aids acende um importante alerta para a prevenção, diagnóstico e tratamento da Síndrome, que já infectou, desde 1981, quando os primeiros casos foram conhecidos, 85,6 milhões pessoas no mundo, sendo que 40,4 milhões morreram, de acordo com a Unids. Na Bahia, são 2.304 casos notificados de HIV em 2023, conforme dados da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab).

O Infectologista e Consultor Técnico do Sabin Diagnóstico e Saúde, Claudilson Bastos, destaca que a pandemia de Aids ainda existe e a Síndrome pode evoluir para uma situação grave, se não diagnosticada nem tratada precocemente. "O uso do preservativo nas relações sexuais (orais, anais e vaginais) e o não compartilhamento de serin-

gas e agulhas continuam sendo as formas eficazes de prevenção", afirma.

O Especialista pontua ainda a importância de fazer testes em casos de sexo desprotegido ou de qualquer outro comportamento de risco. Os exames podem ser realizados nas redes públicas e privadas. "Manter a segurança e a prevenção nas relações sexuais é fundamental, uma vez que esta é uma das principais formas de transmissão do vírus. Por isso, em uma situação de sexo sem proteção, o recomendado é que o indivíduo busque um Posto de Saúde ou um Laboratório para fazer o Teste", informa o Médico, esclarecendo que o exame deve ser realizado 28 dias após o ato sexual desprotegido.

"Após contrair o vírus, a pessoa tem o que se chama 'janela imunológica', em que não há como detectar o vírus pelos

métodos diagnósticos convencionais. Isto se chama período de incubação, que pode durar, em média, quatro semanas", pontua.

O Infectologista salienta que, uma vez diagnosticado o HIV/Aids, a pessoa deve procurar um Centro de Referência ou Especialista para avaliar o Tratamento Antirretroviral adequado, com os medicamentos oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "Uma vez sendo diagnosticada e tratada, a PVHA (Pessoa Vivendo com HIV/Aids) que se fizer o tratamento de forma regular terá uma vida longa como qualquer outro indivíduo. Isso porque, cada vez mais, temos novas medicações com mais eficácia, menos eventos adversos e posologia e com melhor qualidade de vida", informa.

◆ SAÚDE – AIDS

Diferença entre HIV e Aids

Bastos informa que o HIV e a Aids não são iguais: o primeiro é o vírus responsável por contagiar o organismo, podendo o indivíduo viver com ele de forma assintomática, sem apresentar sintomas. Já a Aids é a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, que ocorre quando o corpo desenvolve sequelas/doenças após a contami-

nação sem tratamento. “É importante destacar que, em ambas as situações, existe o risco de contaminação para outras pessoas, como durante as relações sexuais sem proteção”, pontua.

O Médico informa quando o vírus quando entra em contato com o organismo pode causar danos no Sistema Imunológico, causando

sintomas. “Dentre eles estão a perda de peso, Diarreia Crônica E Monilíase Oral e Esofágica, que já podem indicar o quadro de Aids. Neste momento, a pessoa apresenta baixas defesas do organismo, abrindo as portas para infecções virais, bacterianas, fúngicas e/ou parasitárias”, esclarece.

A doença no mundo e na Bahia

Dados de 2022 da Unids – entidade que lidera e inspira os Governos pelo mundo zera-rem novas infecções por HIV, a discriminação e as mortes relacionadas à Aids – mostram que 39 milhões de pessoas vivem com o vírus globalmente, sendo que 1,3 milhão foram recém-infectadas. Ainda conforme a Entidade,

630 mil pessoas morreram de doenças relacionadas à AIDS no ano passado.

Na Bahia, de acordo com dados da Secretaria de Saúde do Estado, foram notificados 2.304 casos de HIV até setembro de 2023, com uma taxa de incidência de 15 casos por 100 mil habitantes. No ano passado, o regis-

tro foi de 2.593 casos, com taxa de incidência 18 casos por 100 mil. O órgão estadual informou que, por meio da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, realiza o monitoramento dos casos de HIV e Aids, com a distribuição de insumos estratégicos voltados para prevenção e testagem da doença em todo o Estado.

Venha conhecer

O nosso novo espaço!

Rua Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01 – Centro

Sênior Clínica

 (77) 3441-6853

 (77) 9 9957-6500



adm.realizaseguros@gmail.com

operacional.realizaseguros@gmail.com

gislanageraliza@hotmail.com

◆ CIDADANIA – CONSCIÊNCIA NEGRA

Luta, Resistência e Inclusão: Desafios em dobro para os negros com deficiência no Brasil

Dia da Consciência Negra – celebrado dia 20 de novembro - nos convida a pensar sobre os direitos, dificuldades e preconceitos que enfrentam os negros com algum tipo de deficiência

◆ **CRISTINA FREITAS – ASCOM (EX-LIBRIS COMUNICAÇÃO INTEGRADA)**
cristina@libris.com.br

No dia 20 de novembro celebramos o Dia da Consciência Negra no Brasil, uma data que homenageia a resistência e a luta do

povo negro contra a escravidão e o racismo. Neste dia, também lembramos das lutas e desafios enfrentados até hoje pelos negros, como as dificulda-

des de aceitação e inclusão na sociedade. E se além da cor da pele, tiverem algum tipo de deficiência, o preconceito que eles sofrem é ainda maior.

FOTO: DIVULGAÇÃO/EX-LIBRIS



André Naves, Defensor Público Federal e Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social

“Ser negro e PcD (Pessoa com Deficiência) no Brasil é enfrentar uma dupla discriminação, que se reflete em desigualdades de acesso à Educação, Saúde, Trabalho, Cultura e Direitos Humanos. Segundo o IBGE, dos 45,6 milhões de brasileiros que têm algum tipo de Deficiência, 23,8% são negros e 23,6% são pardos. Esses grupos são os que mais sofrem com a pobreza, a violência e a exclusão social”, ressalta o Defensor Público Federal André Naves, que é Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social.

Naves aponta que, para mudar essa realidade, é preciso promover políticas públicas que avancem nas práticas inclusivas e de acessibilidade de negros PcDs em todos os espaços da sociedade: Escola, Trabalho, Cultura, Espaços de Lazer, entre outros. Algumas dessas políticas são: a reserva de vagas em Concursos Públicos e no Ensino Superior; a oferta de bolsas de estudo e financiamento estudantil; a criação de programas de capacitação profissional e geração de renda; a implantação de equipamentos e serviços adaptados às necessidades especifi-

cas de cada deficiência; e o fortalecimento de organizações sociais que defendem os direitos dessa população.

“É preciso combater cada vez mais a discriminação, valorizando a Diversidade, a Cultura Afro-Brasileira e dando voz a essa imensa parcela da população. Lembrando que 56,1% dos brasileiros são negros, de acordo com o IBGE. O Dia da Consciência Negra nos oferece, portanto, uma grande oportunidade para nos engajarmos na construção de um país mais justo e igualitário para todos”, reforça André Naves.

◆ CIDADANIA – CONSCIÊNCIA NEGRA

A história de Maria Alexandra: mulher negra com paralisia cerebral

Exemplo de preconceito em dobro é o vivido por Maria Alexandra Giorgio Natali, de 40 anos, que tem Paralisia Cerebral – com idade mental de 5 anos. Ela é filha adotiva da jornalista Nydia Giorgio Natali, de 69 anos, ambas moradoras de Jacareí, no Vale do Paraíba (SP).

Nydia lembra que viu Maria Alexandra pela primeira vez no dia 21 de julho de 1983. “Foi quando aconteceu a primeira greve geral no país durante a ditadura militar. Eu, repórter, passei a noite toda cobrindo a greve. Exausta, fui deitar às 6h da manhã, mas logo em seguida

o telefone tocou. Era do Posto do INPS (antes do SUS). A Coordenadora pedia para eu ir até lá fazer uma reportagem sobre um bebê de seis meses que havia sido abandonado no local. Eu fui e me apaixonei por aquele bebê imediatamente”, conta.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Nydia Nataly e Maria Alexandra

De acordo com Nydia, o preconceito começou logo, em sua própria casa. Sua tia chamava Alexandra de negrinha e não queria que a menina chegasse perto dela. “Foi muito difícil. Minha menina só andou com quase 5 anos. Na época não existia Inclusão Escolar, mas eu consegui que ela fosse matriculada no Pré-Primário (hoje Pré-Escola), com crianças da idade dela. A Escola era particular porque nenhuma Escola

Pública aceitava crianças com deficiência. Além disso, havia também o preconceito por ela ser preta. Recordo que dois meninos saíram da Escola porque os pais não aceitaram minha filha estudando com eles”, relembra.

Desde os sete anos de idade, Maria Alexandra frequenta uma Escola Especial filiada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apa), a JAM Jacareí. Lá, ela participa até hoje

de atividades cotidianas, como plantar e cozinhar, além de jogar capoeira. “Maria Alexandra nunca aprendeu a ler e escrever, mas vive com caderno e lápis na mão fingindo que escreve. Na realidade, ela nunca sentiu o preconceito diretamente e é feliz. Sempre fiz de tudo para que minha filha não soubesse o que é preconceito de verdade, apesar de lidarmos com isso diariamente”, ressaltou Nydia.



Jornal
do Sudoeste

TESTEMUNHO UM FLAGRANTE DE NOTÍCIA?
QUER RECLAMAR DOS PROBLEMAS DA SUA CIDADE E DO SEU BAIRRO?

QUER SUGERIR, MANDAR FOTOS E VÍDEOS, DAR INFORMAÇÕES PARA UMA REPORTAGEM?
FALE DIRETAMENTE COM A REDAÇÃO DO JS ATRAVÉS DO WHATSAPP:

📞 (77) 99872-5389

◆ ECONOMIA – REPORTAGEM ESPECIAL - PROTAGONISMO FEMININO

O protagonismo feminino na agricultura Familiar e Economia do Sudoeste Baiano

FOTOS: EMILY CHAVES



Mulheres vencem o machismo diário e ocupam lugares de destaque na agricultura familiar em cidades como Poções e Barra do Choça.

◆ EMILY CHAVES – SITE CORETO
<https://sitecoreto.com/>

Ao amanhecer, na cidade de Barra do Choça, a agricultora Joara Silva de Oliveira se levanta para organizar mais um dia de trabalho na Co-

operativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e região, onde exerce o papel de presidente. Quando chega na Instituição, designa as atividades diárias

dos colaboradores, e durante sua rotina diária, recebe muitos cooperados, participa de reuniões e planeja melhorias para agricultura familiar local.

FOTO: EMILY CHAVES



◆ ECONOMIA – REPORTAGEM ESPECIAL - PROTAGONISMO FEMININO

A Diretora é uma referência no campo da Agricultura, Cafeicultura e Liderança Feminina no Cooperativismo. Nascida na zona rural do município, ainda pequena, desenvolveu habilidades com o cultivo da terra e cuidados com os animais. Foi João Ribeiro, seu pai, quem lhe apresentou a Associação na época em que fazia parte dela, desde aquele momento ela desenvolve atividades de gestão.

Joara também trilhou pelos caminhos da Educação, a sua primeira formação foi Magistério, depois Pedagogia, Pós-graduação em Gestão Escolar e Mestrado em Gestão Educacional. Ela também foi Professora em um curso de Cafeicultura fornecido pelo Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

e Emprego). Mas a tradição da agricultura, que lhe foi ensinada pelo tataravô, sempre esteve presente em seu caminho. Nos anos de 2013 e 2014, ela começou a participar das atividades da Cooperbac e foi destaque na organização dos projetos e na conquista da aquisição de maquinários e veículos para produção e comercialização do café.

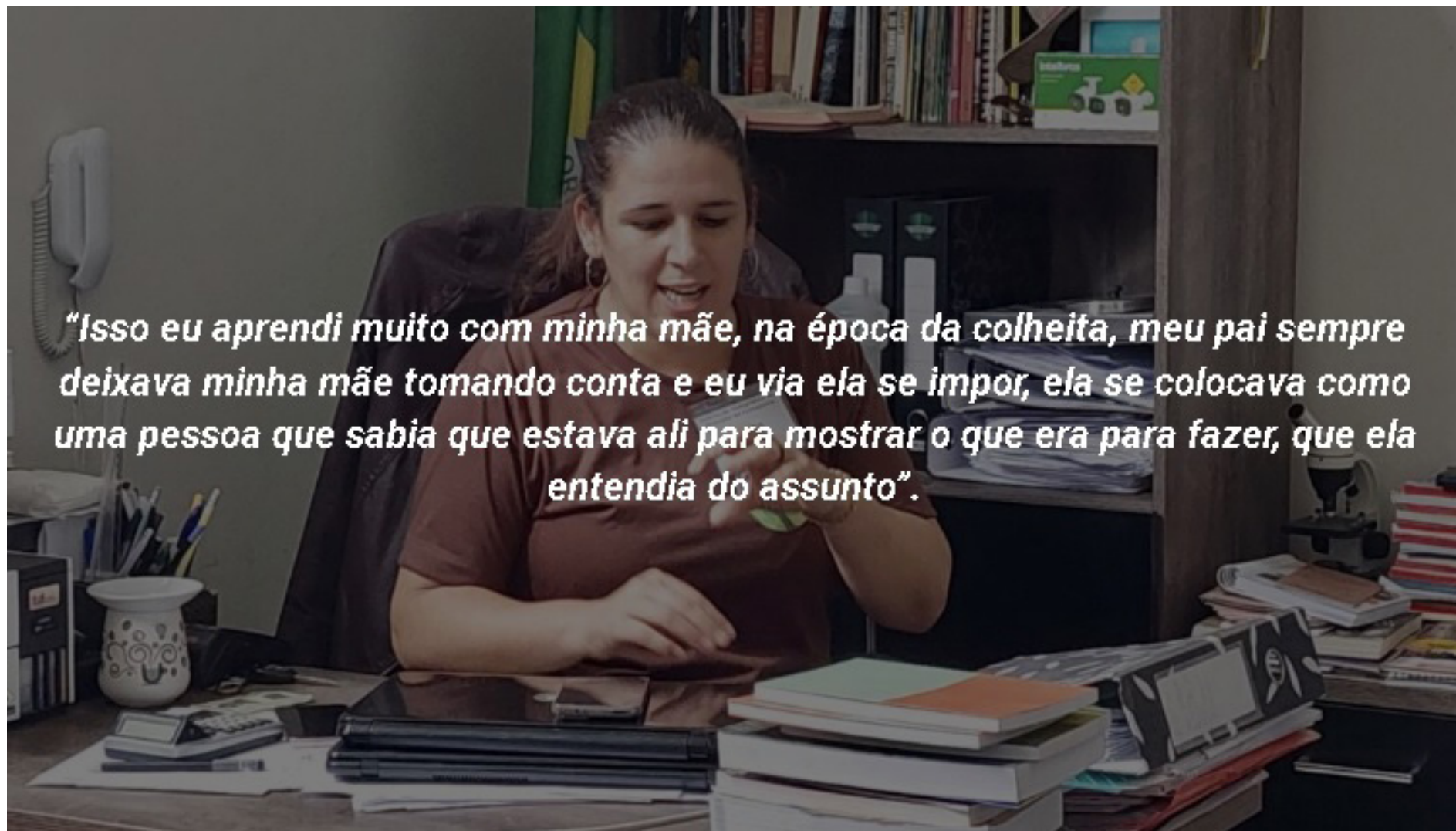
Em busca de aprimorar os seus conhecimentos para aplicar na sua área de trabalho, a produtora rural iniciou a sua graduação em Agronomia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e hoje, é produtora de hortifrutigranjeiros e café. Na Cooperativa, Joara aprendeu a utilizar todo o maquinário necessário para produção, empacotamento e comercialização

do café, para ela conhecer todo o processo é fundamental para exercer um bom trabalho.

A Cooperativa onde trabalha surgiu em 20 de dezembro de 2007 e possui o Selo da Agricultura Familiar, instrumento de agregação de valor ao produto. Lá, o principal produto é o café, no entanto, mais de 300 agricultores familiares comercializam as suas mercadorias, sejam elas hortifrutigranjeiros ou o próprio café. Segundo a gestora, para ser agricultor ou agricultora é preciso ter responsabilidade com aquilo que é produzido. “Com o café, por exemplo, para entrar nas estufas, onde é realizada a secagem dos grãos pós-colheita, é necessário o uso de toucas, a troca dos sapatos, limpeza das mãos, entre outros”, conta.

Como líder, ao longo da sua trajetória, passou por momentos onde foi invalidada simplesmente por ser mulher, principalmente na comercialização dos produtos e quando orientava a execução de atividades para alguns funcionários e era ignorada. Reflexo da sociedade, o machismo é perpetuado, principalmente em atividades que socialmente são designadas para os homens, como a agricultura. Para a produtora, é preciso se impor e mostrar que sabe e possui conhecimento sobre aquele assunto.

FOTO: EMILY CHAVES



Joara é guiada pelos passos da mulher que mais a inspirou na liderança feminina, sua mãe, dona Maria Nilda Viana. Como presidente na Cooperbac, ela incentivou a iniciativa de muitas ações para beneficiar as mulheres e os jovens. O Projeto que lançou o primeiro café produzido por mulheres foi uma dessas iniciativas, e teve o apoio do Trias Brasil juntamente

com a Agricorn, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Ifad), União Europeia (EU) e Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (Coprofam), que promoveram o Projeto FO4.

Assim como Joara Silva, Márcia Silva Rocha também exerce um papel importante na liderança feminina no setor agrícola, atuando

como presidente da Associação dos Apicultores de Barra da Choça. “Há quatro anos eu assumi a presidência da Associação. Nesse período, nós já conseguimos uma Casa do Mel toda equipada, um veículo que fazemos o transporte do mel da Casa até o mercado, temos nosso rótulo e vendemos nosso mel em todo o Brasil”, relata.

◆ ECONOMIA – REPORTAGEM ESPECIAL - PROTAGONISMO FEMININO

Atualmente, enquanto presidente de uma associação, Márcia relembra sua história na Agricultura Familiar como algo que é parte da sua vida, pois vem de uma família de agricultores e, aos 11 anos, já ajudava seus pais na roça. No começo, colhia apenas café, mas aos 16 anos ela tomou a iniciativa de trabalhar, não apenas com a cafeicultura, mas também com apicultura.

Ela administra a propriedade rural da sua família juntamente com seu esposo, e além de mel, também produz café especial. Márcia relata os desafios de ser mulher agricultora, pois encontra muito machismo e preconceito ao longo da sua trajetória, mas nenhum obstáculo a impede de ser determinada. “Graças a Deus eu tenho um esposo que é um homem que reconhece e valoriza muito o meu trabalho. Então, isso me faz ser forte, me faz erguer a cabeça e conquistar os meus sonhos”, afirma.



FOTO: EMILY CHAVES

“Comecei a trabalhar com apicultura enfrentando desafios, porque muitos homens achavam que ser apicultora não era papel de mulher, mas eu estava sempre lá batalhando”.

FOTO: EMILY CHAVES



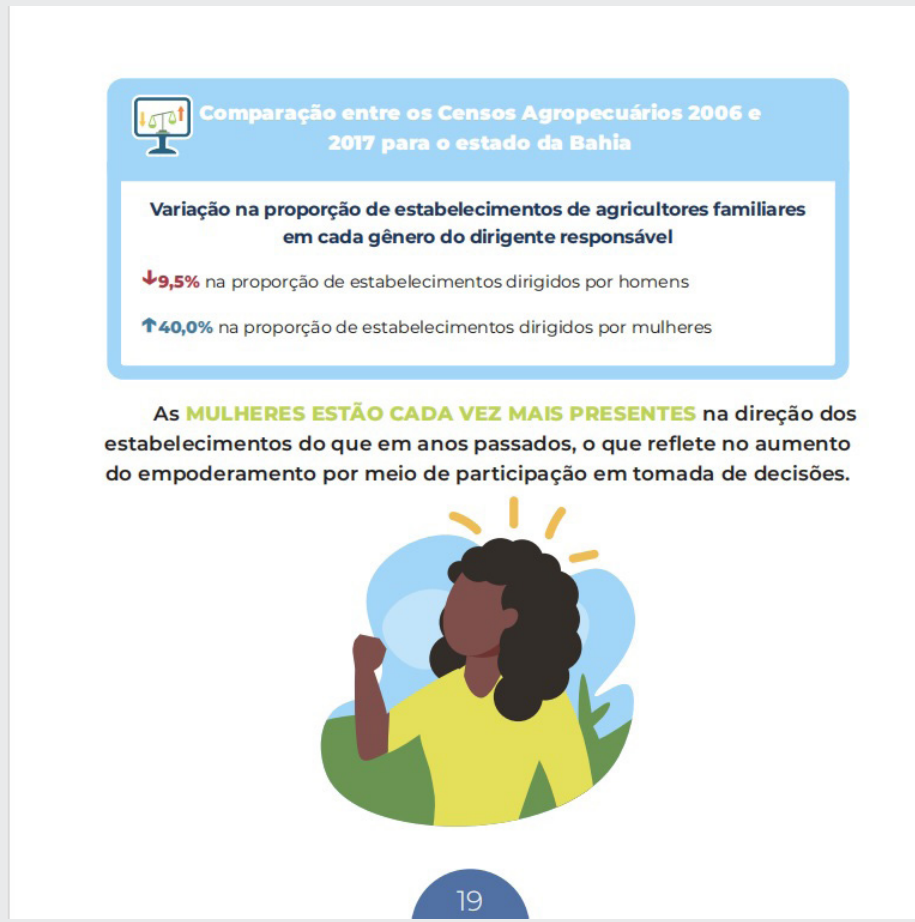
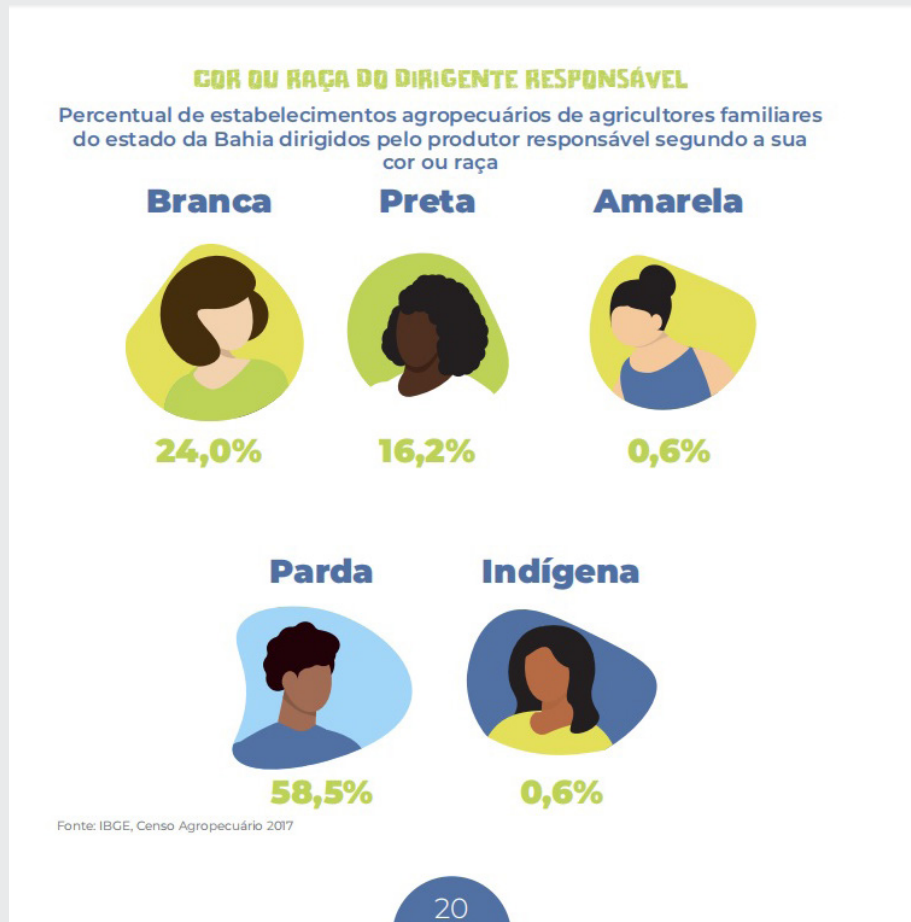
Para Márcia Rocha, ser uma representatividade feminina na agricultura é significado de persistência, e por ser apaixonada por abelhas, trabalha com muito amor e carinho. Como cafeicultora, foi uma das vencedoras do 1º Concurso de Qualidade de Café de Barra do Choça. Em 2022, recebeu uma homenagem na Cooperbac, cooperativa que Márcia faz parte há dez anos, o primeiro lote do Café Feminino Cooperbac Premium contou a história dela, como produtora de café especial.

“A mulher trabalha, mas é invisibilizada”

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), na América Latina e Caribe, cerca de 60 milhões das mulheres que trabalham no campo, são responsáveis pela produção de 60% a 80% dos alimentos consumidos na região. Já dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que as mulheres rurais na agricultura familiar são responsáveis por cerca de 43% da renda das suas famílias, superando a proporção observada em áreas urbanas. Na Cartilha Eletrônica “Um novo retrato da Agricultura Familiar da Bahia: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017”, realizada pelo Projeto AKSAAM – Adaptando

◆ ECONOMIA – REPORTAGEM ESPECIAL - PROTAGONISMO FEMININO

EXTRAÍDOS DA CARTILHA ELETRÔNICA



Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados – IPPDS/UFV e Financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Bahia se destaca como o Estado brasileiro que possui o maior número de estabelecimentos de agricultores familiares.

Mesmo com histórias como essas de liderança feminina na Agricultura Familiar, diariamente muitas mulheres convivem com os efeitos do machismo, da desigualdade desfavorável à sua atuação produtiva, como também ao seu reconhecimento enquanto trabalhadora, cidadã e líder rural. Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em média, as mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, sendo que em partes da África e Ásia, este número pode ultrapassar os 50%. Contudo, o número de mulheres proprietárias de áreas de plantação não ultrapassa 20%.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Vânia Marques Pinto.

Vânia Marques Pinto, de 38 anos, primeira mulher a ocupar o cargo de secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, explica que falar da disparidade de gênero no espaço agrícola é ressaltar que a mulher trabalha, mas é invisibilizada, pois quando ela está na roça, o termo que se usa é que ela está ajudando na lavoura, quando, na verdade, ela está trabalhando da mesma forma que o companheiro.

◆ ECONOMIA – REPORTAGEM ESPECIAL - PROTAGONISMO FEMININO

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



“Quando nós observamos também o acesso às políticas públicas, percebe-se que há uma diferença muito grande, porque são as mulheres que menos acessam às políticas públicas. Por isso, é fundamental que se discuta o acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, por parte das mulheres.”

Nascida no município de Iraquara, Bahia, atualmente Vânia reside entre Salvador e Brasília. Na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia, ela exerce o papel de Secretária Geral. Também atua, tanto na Secretaria de Políticas Sociais, Esporte e Lazer da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, quanto na Secretaria de Política Agrícola da Contag.

A sua trajetória enquanto agricultora familiar, começou por meio da Reforma Agrária. “Eu lembro que, em 2004, eu fui para uma área de Acampamento, que depois passou a ser um Assentamento, e nesse período foi onde também conheci o Movimento Sindical, conheci o Sindicato, e comecei a exercer a minha militância dentro do movimento”, explica.

O trabalho que tem feito, juntamente com os demais membros da Confederação, é de fortalecimento da Agricultura Familiar, para consolidar as Unidades, compreender o Núcleo da Família em sua essência e também fortalecer esse público que, de certa forma, é mais fragilizado por ter menos acesso às políticas públicas.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Na Secretaria, Vânia Marques também busca apoiar, atuar e fazer proposições de políticas para as mulheres. “Compreendo que nós mulheres somos as pessoas que menos acessam essas políticas, então, ao longo da minha trajetória, eu sempre defendi e pautei as questões das mulheres”, afirma.

Para Regina Dantas de Carvalho, atual presidente da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária na Bahia (Unicafes), é preciso dar visibilidade à presença da mulher na Agricultura Familiar. Segundo ela, iniciativas podem ser implementadas para aumentar a representatividade da mulher como líder agrícola e líder em cargos de presidência de Associações ou Cooperativas.

Uma dessas iniciativas é a formação, pois é através do conhecimento que as mulheres se sentem mais seguras para ocupar cargos diretivos. “Além da formação, outras ações que podem ser tomadas para reduzir a disparidade de gênero no setor agrícola é o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf Mulher) e posse ao Título da Terra”, completa.

Regina Dantas, conhecida popularmente como Tia Rege, é natural e residente de Vitória da Conquista - BA. A Diretora foi uma das fundadoras da Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região (Cooperbac).



◆ ECONOMIA – REPORTAGEM ESPECIAL - PROTAGONISMO FEMININO

FOTO: DANIELA OLIVEIRA



Regina Dantas

FOTO: EMILY CHAVES



Como reconhecimento pelo seu trabalho na Cooperativa, ela recebeu uma homenagem em um Café Tipo Arábica, o Café Tia Rege. "Atualmente eu trabalho com o cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária, incentivando, orientando, ajudando na constituição de Cooperativas, com o objetivo de produzir com qualidade e quantidade para alcançar mercados", destaca.

A sua relação com a Agricultura Familiar vem pelo exemplo de seus pais, que também eram agricultores. Durante a sua vida, sempre buscou organizar a comunidade, começou nos Centros Cívicos Estudantil, Associações de Moradores, de Pequenos Produtores Rurais, e por último, o Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Segundo Tia Rege, isso aconteceu "por entender que só juntos, juntas, unidas e unidos, é possível vencer".

Atualmente, Tia Rege faz parte da Diretoria Executiva da Associação Unicafes Bahia, da Confederação Unicafes e está na presidência da Federação Unicafes Bahia. Essas Instituições realizam um trabalho de apoio desde a sua constituição até a comercialização dos produtos de agricultores familiares. "Cooperativismo com objetivo de fortalecer cada vez mais os agricultores familiares e também numa perspectiva de defesa do ambiente, produzindo alimentos saudáveis", afirma.

Mirai dos Santos Rocha Alves, moradora da zona rural de Poções, nasceu em uma família de agricultores e há 20 anos participa de uma Associação, na qual foi Presidente por quatro anos, Tesoureira por oito anos e também Conselheira Fiscal. Segundo ela, os principais desafios que enfrentou como mulher agricultora em um setor predominantemente masculino foi mostrar a sua capacidade, lidar com a ideia de que a mulher é o "sexo frágil" e conseguir respeito da maioria.

Para Mirai Alves, a presença feminina na Agricultura Familiar é muito importante, pois a mulher consegue ser mais organizada e criativa, sabe lidar com situações que contribui muito para a área, principalmente em beneficiamento de culturas agrícolas. "As iniciativas, acredito que podem ser implementadas para aumentar a representatividade da mulher como líder agrícola ou líder em cargos de presidência de Associações ou Cooperativas, são as capacitações e acompanhamento técnico, como associativismo e cooperativismo".

A produção de Mirai Alves é variada, ela é Apicultora, também tem plantação de umbu gigante e produz outros alimentos. De acordo com a produtora, recentemente a comunidade em que está inserida foi contemplada com o Projeto Bahia Produtiva, onde 80% dos beneficiários são mulheres que produzem e comercializam hortaliças, obtendo uma renda extra. "Para as mulheres jovens quero incentivá-las a participar dos movimentos realizados na comunidade e a participação em intercâmbios, para conhecer histórias de outras mulheres que vivem no meio agrário e se tornaram muito importantes para a agricultura do país e das regiões onde vivem", completa.

◆ CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Mirai Alves

Qual a importância da Agricultura Familiar no mundo?

Segundo a ONU, mais de 80% de todos os alimentos produzidos no mundo têm origem em propriedades familiares. A importância desse modelo despertou um incentivo para que a ONU decretasse que a década correspondente entre 2019 e 2028 é dedicada à Agricultura Familiar, e estabelece uma série de ações como criação de ambiente político favorável para fortalecer e apoiar a juventude, garantir a sucessão rural do modelo, promover a equidade de gênero e o papel de liderança das mulheres da Agricultura Familiar, entre outros planos para intensificar a prática. No Brasil, de acordo com o IBGE, a Agricultura Familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

Em agosto deste ano um avanço fundamental para a Agricultura Familiar aconteceu no Brasil, a publicação da Lei 14.660/2023, que visa a Promoção da Igualdade de Gênero, fortalecer a Agricultura Familiar e garantir que as compras públicas beneficiem comunidades rurais em todo o país. A nova Lei torna os grupos formais e informais de mulheres um grupo prioritário nas compras de produtos da Agricultura Familiar. Quando os municípios comprarem alimentos de famílias rurais individuais, pelo menos 50% do valor dessas compras deve estar em nome das mulheres, promovendo o protagonismo feminino no setor. As mudanças na Lei entraram em vigor a partir deste ano.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Márcia Rocha.



* EMILY CHAVES É ESTUDANTE DO 6º PERÍODO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. ELA FOI CONTEMPLADA COM A BOLSA DE REPORTAGEM DO SITE CORETO E SUPERVISIONADA PELAS JORNALISTAS LEILA COSTA E RAQUEL ROCHA.

MATÉRIA ORIGINALMENTE PUBLICADA NO SITE CORETO - <https://sitecoreto.com/>

CREDIBILIDADE

Js.

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos
25 anos

OPINIÃO



Ives Gandra

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS É PROFESSOR EMÉRITO DAS UNIVERSIDADES MACKENZIE, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, DO CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, DAS ESCOLAS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME), SUPERIOR DE GUERRA (ESG) E DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 1ª REGIÃO, PROFESSOR HONORÁRIO DAS UNIVERSIDADES AUSTRAL (ARGENTINA), SAN MARTIN DE PORRES (PERU) E VASIL GOLDIS (ROMÊNIA), DOUTOR HONORIS CAUSA DAS UNIVERSIDADES DE CRAIOVA (ROMÊNIA) E DAS PUCS PR E RS, CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DO MINHO (PORTUGAL), PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE DIREITO DA FECOMERC IO-SP, EX-PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS (APL) E DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO (IASP).

Haveria Golpe de Estado sem armas? Um assunto que realmente me sensibilizou

Um assunto que realmente me sensibilizou foi a morte, em 20/11, desse pai de família, com dois filhos, casado, que estava preso na Papuda, Brasília-DF, e sofria de diabetes e de hipertensão (Cleriston Pereira da Cunha). A própria Procuradoria Geral da República tinha pedido para dar prisão domiciliar para que ele pudesse ser tratado. O pedido estava na Suprema Corte desde o mês de setembro.

Ele continuou preso e morreu. Um homem, simples, sem ficha nenhuma, segundo os jornais, pai de família, com dois filhos, que participou de um quebra-quebra, que era uma mera manifestação política, e que, evidentemente, não era golpe de Estado porque não havia armas. Integro a Academia Paulista de História, sempre gostei de história. Escrevi livros de história. Nunca vi na história do mundo, um golpe de Estado, sem armas. Aquele grupo de baderneiros que transformaram uma manifestação política em um quebra-quebra, jamais poderia ter dado um golpe de Estado. Jamais.

Pergunto aos 207 milhões de brasileiros: quando no mundo houve um golpe de Estado sem armas? O Brasil tem um exército de 220 mil soldados; a Marinha, 55 mil; a Aeronáutica, 55 mil; policiais militares são, mais ou menos, 600 mil. E o grupo que estava lá não tinha nenhuma arma. É possível derrubar um governo eleito pelo povo sem armas? Evidente que não era golpe de Estado.

Foi um grupo que foi fazer um protesto político e, depois, transformou aquilo numa baderna. Eles deveriam ter a mesma punição que tiveram aqueles baderneiros do PT e do MST, que invadiram o Congresso Nacional, na época em que era Presidente da República, o Presidente Michel Temer, e foram

tratados como baderneiros. Mas nunca foram tratados como golpistas.

Tenho a sensação de que venderam uma ideia de que grupo desarmado poderia dar um golpe de Estado. Penderam pessoas sem nenhum passado criminal, com folha corrida criminal em branco, e deixaram presos. Estão aplicando penas de 17 anos. E um deles, pai de família, com mulher e dois filhos, preso com problemas de saúde, com a Procuradoria Geral da República pedindo ao Supremo Tribunal Federal pela libertação dele desde setembro, transfirmando-a em prisão domiciliar. Ele morre no mês de novembro. Morre com ataque cardíaco. E isso é natural, e, nesse caso, os direitos humanos pouco importam.

A meu ver, hoje nós temos um problema no direito que me entristece muito, como advogado. Advogado há 65 anos. O direito do advogado de exercer a sua profissão está sendo reduzido. Quando eu comecei a advogar, eu ainda menino praticamente, sustentava perante o Supremo Tribunal Federal, era recebido pelos próprios ministros em Brasília em 1961, 1962, 1963. Eles estavam recém-instalados em Brasília. Me tratavam com muito respeito. Aliomar Baleeiro, Hahnemann Guimarães, Pedro Chaves.

Sendo um advogado, enfim, recém-formado, cuja carreira universitária ia começar só no ano de 1964. Era ouvido nas sustentações orais pelos ministros. Hoje, as sessões são virtuais para a condenação de pessoas a 17 anos de prisão. Sessões virtuais em que o advogado não olha os olhos dos ministros, porque manda a sustentação oral através de um vídeo, na esperança de que venha a ser visto e ouvido. Coisa que eu entendo que não deve acontecer. Um ministro, com todas as preocupações, com as palestras que tem que

dar fora, as viagens que tem que fazer, dificilmente terá tempo de ouvir.

Vocês acham que recebendo essas sustentações orais, eles vão sentar numa mesa e ficar ouvindo? É possível que façam. Mas muitos advogados têm a impressão de que não. E as próprias declarações são intrigantes: “Não, o que está escrito não precisa ser dito”. Há um direito funcional com a sustentação oral. E agora, inclusive, um regimento interno mudando esse direito. O Supremo dizendo o seguinte: quando uma sessão virtual é transformada em sessão plenária, o advogado que mandou a sustentação oral não poderá fazer uma nova sustentação oral para nte o plenário. Ora, os advogados que mandaram virtualmente a sustentação são aqueles advogados mais importantes na causa. Se não puderem mais falar diretamente com os ministros □ quantas vezes eu, no momento em que sustentava perante o Supremo, mudava a minha orientação de acordo com a reação que ia percebendo dos ministros da Suprema Corte, aí está a razão da advocacia, aí está a razão da sustentação oral, aí está a razão de convencer todos os ministros, no momento em que se apresentam os principais argumentos. Isso praticamente está sendo abolido.

Porque, mesmo quando uma sessão virtual, que hoje predomina sobre as sessões presenciais, é transformada em presencial, por pedido de destaque, é evidente que a sustentação oral não vai ser feita pelos que são advogados os mais importantes, por aqueles que fizeram a sustentação oral, mandando-a e não tendo a certeza se a sessão virtual poderia se transformar em sessão plenária.

A Ordem dos Advogados do Brasil tem protestado de uma forma tímida ao abrir o Conselho Federal na defesa do

direito à advocacia.

E a Ordem Seccional de São Paulo, infelizmente nós não estamos vendo integrada a esta luta, das mais importantes. Quando fui presidente do Instituto de Advogados, de São Paulo, de 1985 a 1986, junto com nossos presidentes, do Conselho Federal da Ordem e do Conselho Seccional defendíamos o direito do advogado □ importantíssimo para a administração da justiça □ poder exercer o direito do cidadão. Nossa credibilidade era maior, porque o advogado representa o cidadão que está sendo condenado, ou que está sendo acusado. Nós tínhamos a respeitabilidade e a coragem de enfrentar. A relação de importância da magistratura é igual, - sempre disse isso nas minhas aulas desde 1964 -, ao advogado e ao membro do Ministério Público. É que sem eles, não haveria justiça.

Não pode haver justiça sem advogado, não pode haver justiça sem Ministério Público, não pode haver Ministério Público e Advocacia sem magistrado. Os três são igualmente importantes para a administração da justiça.

Por isso estão no título IV do capítulo do Poder Judiciário e das funções essenciais à administração da justiça.

Hoje nós estamos tendo um enfraquecimento da advocacia e não se tem tido a coragem necessária daqueles órgãos que representam os advogados de defender, à exaustão, o direito do advogado, de exercer o direito maior num processo judicial, de que, no ponto final do julgamento, possa sustentar oralmente, sendo todos os ministros, todos os desembargadores obrigados a ouvir aquele que está na defesa do cidadão.

É o exercício maior da cidadania, aqueles que defendem o Estado de direito sem ganhar absolutamente nada, porque os membros do Ministério Público e o Poder Judiciário, para defender a democracia, são pagos pelo Estado.

O advogado é pago pelo seu cliente para defender a cidadania, mas para defender o Estado de direito faz, como sempre fiz, quando era presidente, ou quando era conselheiro da ordem,

presidente de instituições jurídicas e de academias jurídicas, “pro bono”, porque o patriotismo se exerce por amor à pátria e o Estado de direito se defende por amor à pátria.

Enfim, a morte de um cidadão em que a própria Procuradoria Geral da República, em setembro, pediu por causa da sua saúde que não continuasse detido, me sensibilizou, me sensibilizou como advogado, me sensibilizou como cidadão brasileiro, me sensibilizou como pai de família, porque eu me perguntaria, se eu tivesse morrido aos 46 anos, com meus 6 filhos pequenos, o que seria da minha mulher para poder tocar sozinha a educação de seis filhos? Isto é algo que nós temos que refletir seriamente.

Nós, advogados na defesa da democracia, os membros do Ministério Público, devemos exercer com maior intensidade a defesa da cidadania, e os membros do Poder Judiciário, para mais do que fazer justiça, não fazerem injustiça, como aconteceu nesse caso.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

anima

SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920



◆ EDUCAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR

Juiz concede liminar para divulgação de documentos do Transporte Escolar e ex-secretária de Educação de Ituaçu poderá responder por Improbidade Administrativa e Crime de Responsabilidade

Ao acionar a Justiça, pais de alunos sugeriram a existência de supostos vícios no Processo Licitatório do Transporte Escolar que poderão ser investigados pelos órgãos de controle para apurar, conforme pontuou o magistrado na sentença, suposta prática de Improbidade Administrativa e Crime de Responsabilidade

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Depois de inúmeras denúncias e pedidos de providências feitos à então secretária municipal de Educação, Adila Conceição Barreto, preocupados com a segurança dos filhos, pais de alunos Escola Municipal Juvenal Wanderley e do Colégio Estadual Frei Pedro Tomas Margallo, ambos na sede municipal, moradores do Povoado de Canabrava, na zona rural de Ituaçu, impetraram, em maio de 2022, um Mandado de Segurança Cível na 1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Ituaçu, requerendo, em caráter de urgência e com pedido de liminar, intervenção da Justiça para obrigar a Prefeitura Municipal, através da titular da Secretaria Municipal de Educação, disponibilizar toda a documentação do veículo Placa Policial KZS-7469, que atende ao Transporte Escolar da localidade.

Deferida a liminar, segundo os pais dos alunos, os documentos requeridos foram disponibilizados em parte, no sitio eletrônico da Prefeitura Municipal, frustrando as expectativas de que seria restabelecida a segurança dos alunos no trajeto entre o Povoado e a sede e vice-versa.

Depois de insistir no pedido informalmente na sede da Secretaria Municipal de Educação, os pais dos alunos decidiram voltar à Justiça, representados pelo advogado Valdemir Rocha Santos e impetraram novo Mandado de Segurança Cível, reforçando que, amparados pela legislação vigente (entre as quais a Lei Orgânica do Município), renovando o Requerimento para que a Secretaria Municipal de Educação, disponibilize informações, esclarecimentos e documentos do veículo placa policial KZS-7469 e do motorista, responsáveis pelo Transporte Escolar dos estu-

dantes residentes no Povoado, inclusive os que são exigidos (ou deveriam ser) no Processo Licitatório.

No documento protocolizado na Justiça, além de apontar que a então titular da Secretaria Municipal de Educação, a princípio teria ignorado e omitido informações, os responsáveis pelos alunos, consideraram, inclusive, a possibilidade de ter havido vícios insanáveis que podem ter contaminado o Processo Licitatório. Justificaram a desconfiança apontando, por exemplo, haver indícios de que a Procuradoria Geral do Município, em afronta à legislação, não teria participado do Processo Administrativo Licitatório.

Ao analisar o novo Mandado de Segurança Cível, o juiz titular da 1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Ituaçu, Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho, fundamentado por princípios constitucionais e infraconstitucionais, que enumerou, deferiu o pedido de liminar, determinando a já ex-titular da Secretaria Municipal de Educação de Ituaçu, Adila Conceição Barreto, que foi exonerada no dia 6 de novembro último, o cumprimento total do Requerimento subscrito pelos pais de alunos moradores no Povoado de Canabrava, cuja responsabilidade, ainda que não expressa na sentença, em tese, passou a ser do atual titular da Pasta, Osvaldo – Kau – Brito Luz Júnior.

O magistrado ressaltou, após fixar prazos e penalizações para o descumprimento da sentença, que “todas as imposições aqui determinadas recairão na pessoa da então secretária da Educação (Ádila Conceição Barreto) e que não haverá qualquer prévia intimação antes

da aplicação das sanções consignadas que poderão, inclusive, recrudescer-se diante do descumprimento desta determinação”.

Já exonerada do cargo, a ex-secretária, considerando que a legislação municipal prevê que toda a gestão da Educação Municipal – inclusive a ordenação de despesas – é responsabilidade do titular da Secretaria Municipal de Educação, segundo juristas ouvidos pela reportagem do JS, sob reserva, poderá enfrentar dificuldades e responder criminalmente por eventuais desvios de finalidade e recursos, inclusive, não pode ser descartado, ressarcimento do erário.

O juiz Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho indicou ainda, na sentença, supostamente por considerar haver, como sugeriram os autores do Mandado de Segurança, possibilidade da existência de supostos vícios no Processo Licitatório que resultou na contratação do Transporte Escolar pelo município, o encaminhamento de cópia integral dos Autos ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, Tribunal de Contas da União, para apuração de eventual cometimento de ato de Improbidade Administrativa e Crime de Responsabilidade. Segundo o magistrado, o procedimento se justifica, considerando que a suspeita de irregularidades no Processo Licitatório do Transporte Escolar, apontada pelos autores do Mandado de Segurança, envolve verbas do P Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate).

A sentença foi proclamada no último dia 21 de novembro.

OUTRO LADO

Contatada pela reportagem do JS, através de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp, a ex-secretária municipal de Educação de Ituaçu, Ádila Conceição Barreto, foi concisa e deixou evidenciado, nas entrelinhas, que as responsabilidades, embora, em tese, recaiam sobre ela, seriam da Administração Municipal, ou seja, do prefeito Phellipe Ramonn Gonçalves Brito (PSD), que não foi citado na sentença do juiz Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho, uma vez que há uma Lei Municipal que nomeia como responsável pela gestão da Educação, inclusive a financeira, o titular da Pasta. “Não tenho nada a declarar, uma vez que não sou responsável por Processos Licitatórios, não faço parte da equipe que executa esse tipo de serviço e também não exerço mais o cargo de secretária de Educação do município”, pontuou Ádila Conceição Barreto.